

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179

Companhia Aberta

Cuiabá MT, 14 de fevereiro de 2014.

Aos Srs. Acionistas da **Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT" ou "Companhia"), ora sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da das Resoluções Autorizativas nº 3.647 de 31.08.2012 e nº 4.282 de 20.08.2013 ("Intervenção"), na pessoa do Interventor, Sr. Jaconias de Aguiar, engenheiro, portador do CPF nº 007.112.176-53 e do RG nº 60.284 SSP/MG, vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária:

Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013.

Durante a Assembleia Geral Ordinária, a Administração da Companhia dará conhecimento aos Senhores Acionistas sobre a proposta de gastos com a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal para o exercício de 2014.

Para facilitar a consulta e o manuseio, a Administração da Companhia consolida neste documento as seguintes informações:

- (1) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência, CVM) (pág. 3 desta Proposta); e
- (2) Proposta de gastos com a remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal (Item 13 do Formulário de Referência, CVM) (pág. 56 desta Proposta).

Os demais documentos pertinentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (abaixo relacionados), também estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico (www.cemat.com.br/ri), bem como nas páginas da Internet da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e BM&F Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

- Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício;
- Demonstrações contábeis (peças contábeis e notas explicativas);
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a CEMAT registrou prejuízo de R\$ 382,7 milhões no exercício de 2013, razão pela qual não haverá distribuição de resultados. Com isso, a Companhia fica dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1II da Instrução CVM nº 481/09, conforme decisão do Colegiado de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687), ratificado pelo Item 2.4.2 (h) do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2014, de 6 de fevereiro de 2014.

**(1) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia
(Item 10 do Formulário de Referência, CVM)**

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos últimos três exercícios (2011, 2012 e 2013), a CEMAT tem apresentado crescimento constante em suas vendas (em GWh), a uma média anual de 8,3%. Esse percentual, está acima da média anual histórica dos últimos dez anos que é de 5,3%. Esse excelente resultado de 2013 foi principalmente em razão da classe de consumo residencial, em virtude do aumento da oferta de empregos no Estado e aumento da renda média *per capita*.

Valores em R\$ mil	2.011	2012 Reapresentado	2.013	CAGR % 2011-2013
Vendas em GWh	5.251	5.620	6.156	8,3%
Número de consumidores	1.100.686	1.170.006	1.219.489	5,3%
Receita operacional bruta	3.049.090	3.504.126	3.285.047	3,8%
Receita operacional líquida	2.009.765	2.344.799	2.312.967	7,3%
EBITDA Ajustado (1)	538.679	251.982	112.789	-54,2%
Margem Ebitda (%) (2)	26,8%	10,7%	4,9%	-57,3%
Lucro (prejuízo) líquido	146.884	(52.879)	(382.711)	
Dívida financeira líquida (3)	1.122.423	1.064.760	1.057.743	-2,9%
Dívida financeira líquida / EBITDA	2,1	4,2	9,4	112,2%
Patrimônio líquido (*)	1.277.159	1.227.392	816.945	-20,0%
Índice de endividamento (4)	46,8%	46,5%	56,4%	9,8%

(*) As modificações trazidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e de rescisão. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no **Patrimônio Líquido**. Em virtude disso, para fins de comparação, a Companhia reapresentou o saldo patrimonial de 31 de dezembro de 2012. Essa mudança, portanto, não afetou contas de resultado (vide Nota Explicativa 3.4 das demonstrações financeiras 2013 da CEMAT, disponíveis no site da CVM e CEMAT).

- (1) EBITDA Ajustado: resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e outros resultados não operacionais (vide composição do EBITDA no quadro a seguir)
- (2) Margem EBITDA: EBITDA Ajustado / receita operacional líquida
- (3) Dívida Financeira Líquida: empréstimos, financiamentos, leasing, debêntures, *swap* (-) caixa, equivalentes e sub-rogação CCC
- (4) Índice de Endividamento: dívida financeira líquida/(dívida financeira líquida+patrimônio líquido).

Com relação ao número de consumidores, o crescimento médio anual nos últimos três exercícios foi de 5,3%, muito próximo da média histórica de 5,6% nos últimos dez anos.

A receita operacional bruta da CEMAT, nos últimos três anos, cresceu a uma média anual de 3,8%. Essa média, abaixo da média histórica de 10,8% dos últimos dez anos, em razão da redução de 19,67% nas tarifas de energia a partir de 24 de janeiro de 2013, a despeito do excelente crescimento das vendas em GWh.

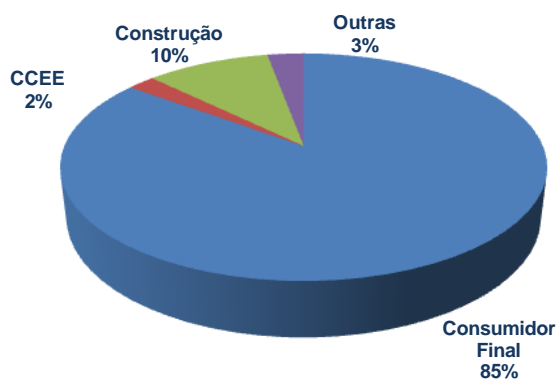
É relevante destacar que a receita operacional da CEMAT é composta de:

(i) receita de fornecimento ao consumidor final (aqui estão incluídos os consumidores industriais "livres". Esses consumidores, embora comprem energia de outra distribuidora, pagam pelo uso da rede, visto que eles estão alocados na área de concessão da companhia);

(ii) fornecimento de energia para revenda (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE");

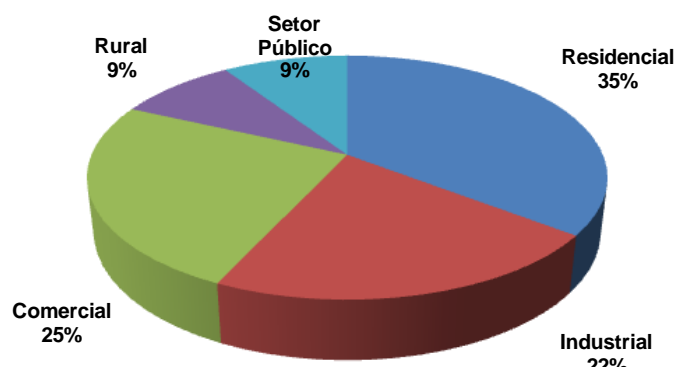
(iii) receita de construção; e

(iv) outras receitas referentes a outros serviços prestados pelo Companhia, além da distribuição de energia. Todos esses itens, juntos, totalizou R\$3.285,0 milhões durante o ano de 2013, distribuídos da seguinte forma:



- (i) 85% são vendas ao consumidor final (incluindo os consumidores livres);
- (ii) 10% são receitas de construção (a receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS – normas contábeis internacionais – e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da Companhia, uma vez que o valor exato registrado na receita é também registrado nos custos, resultando em um efeito zero em seu resultado operacional);
- (iii) 3% são outras receitas; e
- (iv) 2% são receitas de vendas realizadas no ambiente da CCEE.

No gráfico a seguir, demonstramos a participação das vendas (em R\$) de cada uma das classes de consumo - principal fonte de receita da Companhia - conforme classificação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), ressaltando que na classe industrial estão incluídos os clientes livres:



O EBITDA Ajustado, parâmetro adotado pela Administração para mensurar o resultado operacional econômico da Companhia, decresceu a uma média anual de 54,2%, nos últimos três anos, principalmente em razão do aumento de R\$225,7 milhões nas provisões para contingências judiciais e perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"). Juntas, essas provisões passaram de R\$111,7 milhões em 2012 para R\$337,4 milhões em 2013, em virtude das mudanças nas estimativas de avaliação pela atual administração. Os demais custos e despesas que afetaram o EBITDA estão detalhadamente comentados no Item 10.1(h) deste Formulário.

Composição do EBITDA e EBITDA Ajustado

Composição do EBITDA (R\$ mil)	2.011	2.012	2.013	CAGR % 2011-2013
Lucro / prejuízo líquido do exercício	146.884	(52.879)	(382.711)	
Imposto de renda e contribuição social	66.958	12.463	(18.935)	
Resultado financeiro	180.275	188.234	252.460	
Depreciação e amortização (1)	142.338	95.804	111.233	
EBITDA	536.455	243.622	(37.953)	
Diferenças no inventário de estoques (2)	(2.350)	(1.802)	(1.915)	
Ganho / perda na alienação de bens e direitos (3)	(5)	(2.112)	14.258	
Perda na desativação de bens e direitos (4)	4.248	19.673	43.015	
Ganho no ajuste do VNR (5)	-	(7.805)	(13.048)	
Banco Daycoval (6)	-	-	102.985	
Outros (6)	330	405	5.447	
EBITDA AJUSTADO	538.678	251.981	112.789	-54,2%

- (1) Depreciação e amortização: resultado obtido a partir das demonstrações dos fluxos de caixa;
- (2) Diferenças contábeis de materiais em estoque;
- (3) Diferença entre o valor residual contábil e o preço de mercado do bem;
- (4) Diferença entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição do material em estoque;
- (5) Resultado apurado pelo ajuste do saldo do ativo financeiro, a ser indenizado ao final da concessão, ajustado pelo Valor Novo de Reposição (VNR), conforme Lei 12.783/13 (MP 579);

- (6) Provisão de ativo junto ao Banco Daycoval, em razão de retirada de valor aplicado na conta da CEMAT, para quitação de dívida da *holding* Rede Energia (fato amplamente divulgado pela Companhia desde o ocorrido, em 2012); e
- (7) Outros resultados que não afetam o caixa operacional.

A margem EBITDA Ajustado de 2013 também registrou redução em relação aos exercícios anteriores, passando de 26,8% em 2011 para 10,7% em 2012 e 4,9% em 2013, como consequência da redução do EBITDA Ajustado ao longo desses exercícios.

A dívida financeira líquida reduziu a uma média anual de 2,9%, de 2011 para 2013, embora a relação dívida financeira líquida / EBITDA tenha apresentado piora significativa, em razão da queda do EBITDA.

O quadro abaixo apresenta alguns dos principais indicadores operacionais utilizados pela administração da CEMAT para avaliação de seu desempenho operacional. De fato não há um parâmetro rígido e absoluto que se possa adotar para o setor de energia elétrico como um todo, visto que cada uma das distribuidoras do país possui suas peculiaridades (especialmente geográficas e sociais), fazendo com que cada uma tenha suas próprias necessidades de investimento e contratação de pessoal. Assim sendo, o que norteia a administração da Companhia, neste caso, é a evolução dos índices ao longo dos anos.

Indicadores	2.011	2.012	2.013	CAGR % 2011-2013
Consumidor por força de trabalho *	358	340	308	-7,2%
Consumo (MWh) por força de trabalho *	1.707	1.634	1.555	-4,5%
Consumo (MWh) por consumidor	4,77	4,80	5,05	2,9%
Receita bruta (R\$ mil) por força de trabalho *	991	1.019	830	-8,5%
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor	2,77	2,99	2,69	-1,4%

Bases para os Indicadores	2.011	2.012	2.013	CAGR %
Consumidores	1.100.686	1.170.006	1.219.489	5,3%
Consumo (MWh)	5.251	5.620	6.156	8,3%
Força de trabalho *	3.076	3.439	3.958	13,4%
Receita bruta (R\$ mil)	3.049.090	3.504.126	3.285.046	3,8%

* Força de trabalho = próprios + terceirizados + estagiários.

Ao longo dos últimos três exercícios a CEMAT registrou melhora no consumo (MWh) em relação ao número de consumidores. Essa melhora ocorreu em razão do aumento da renda *per capita*, já comentado anteriormente. No entanto, a Companhia registrou piora nos demais indicadores em razão do incremento do quadro de pessoal, que passou de 3.076 em 2011 para 3.958 em 2013, e também em virtude da redução da receita bruta devido a redução tarifária a partir de janeiro de 2014, também comentado anteriormente. Vale acrescentar que o quadro de pessoal registrou aumento de pessoal operacional, para atendimento da crescente demanda do mercado consumidor do Estado de Mato Grosso.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da CEMAT, medida por meio da razão entre capital de terceiros e capital próprio, registrou aumento médio de 7,4% nos últimos três anos, devido aos prejuízos acumulados que vem reduzindo o patrimônio líquido, que caiu à uma média anual de 20,0%.

Valores em R\$ mil	2.011	2012 Reapresentado	2.013	CAGR % 2011-2013
Capital de terceiros (1)	1.398.310	1.258.833	1.239.655	-5,8%
Capital próprio (2)	1.277.159	1.227.392	816.945	-20,0%
Índice de endividamento (3)	52,3%	50,6%	60,3%	7,4%

(1) empréstimo, financiamento, debêntures, leasing e sw ap (dívida financeira bruta)

(2) patrimônio líquido (o patrimônio líquido de 2012 foi reapresentado - vide comentário acima).

(3) capital de terceiros / (capital de terceiros + patrimônio líquido)

Detalhes sobre as variações das demais contas patrimoniais estão no Item 10.1(h) deste Formulário.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício de 2013, a CEMAT honrou rigorosamente com todos os seus compromissos operacionais e financeiros (despesas e pagamento de dívidas), compromissos esses que tem sido honrado desde o início da Intervenção Administrativa ("Intervenção"), a partir do final de agosto de 2012. A Companhia encerrou o exercício de 2013 com R\$128,0 em caixa e aplicações.

Entretanto, é importante ressaltar que, em 25 de janeiro de 2013, a ANEEL autorizou a Eletrobras a suspender a cobrança dos encargos setoriais e financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer, até o final da Intervenção. Essa suspensão proporcionou conforto ao caixa da Companhia, em contrapartida à impossibilidade da atual Administração em captar recursos no mercado financeiro para investimentos. Com isso, a Companhia tem honrado seus compromissos operacionais, financeiros e de investimentos, utilizando-se somente de seu caixa operacional.

Outra medida que proporcionou conforto ao caixa da Companhia foi a suspensão dos

pagamentos da energia comprada de Itaipu. Em reunião do Conselho Fiscal ocorrida em 30 de agosto de 2013, os Membros do Conselho deliberaram pelo não pagamento dessa energia, considerando (i) a impossibilidade temporária da gestão da Intervenção em captar recursos junto ao mercado; (ii) a obrigatoriedade em realizar investimentos mínimos necessários à manutenção do sistema elétrico; e (iii) a falta de alternativa, que não a de realizar investimentos com recursos próprios.

Covenants Financeiros

Em razão das mudanças nas estimativas de avaliação (comentado em parágrafos anteriores), que afetaram consideravelmente o EBITDA Ajustado, os *covenants* financeiros, que a Companhia mantém com diversos credores, foram descumpridos. Com isso, embora a Companhia tenha obtido anuência da maioria desses credores ("*waivers*"), até o final do exercício de 2013, alguns credores não anuíram o pedido. Por essa razão, R\$188,0 milhões em saldo de dívida financeira, tiveram de ser reclassificados do longo para o curto prazo, de acordo com o Item 74 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 26.

Histórico do Dívida Financeira nos Últimos Três Exercícios

	R\$ mil		
	2.011	2.012	2.013
Dívida Financeira de Curto Prazo			
Empréstimos e financiamentos	267.740	271.122	450.065
Leasing	8.758	5.482	3.474
Debêntures	129.113	290.259	191.774
Operações de sw ap	58.100	21.096	-
Dívida Bruta CP	463.711	587.959	645.313
Disponibilidades	(158.896)	(122.628)	(128.026)
Sub-rogação CCC	(98.118)	(71.445)	(24.140)
Dívida Líquida Curto Prazo	206.697	393.886	493.147
Dívida Financeira de Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	603.433	646.402	473.827
Leasing	27.612	24.472	24.512
Debêntures	262.072	-	96.003
Operações de sw ap	41.482	-	-
Dívida Bruta LP	934.599	670.874	594.342
Disponibilidades	-	-	-
Sub-rogação CCC	(18.873)	-	(29.746)
Dívida Líquida Longo Prazo	915.726	670.874	564.596
Dívida Financeira Líquida	1.122.423	1.064.760	1.057.743

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia foram: (i) Eletrobrás com taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização em média de 120 meses; (ii) Debêntures no valor total de R\$250 milhões em 13 séries, a primeira série ao custo de CDI + 2,75% a.a. e as demais series ao custo de IPCA + 9,15% a.a.; (iii) emissão de debêntures no valor total de R\$98 milhões ao custo de CDI + 3,90% a.a.; (iv) emissão de debêntures no valor total de R\$100 milhões ao custo de CDI + 3,75% a.a.; (v) Banco Interamericano de Desenvolvimento ("*BID*") no valor de US\$114,5 milhões. Desse total, US\$75,0 milhões são provenientes de recursos próprios

do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$39,5 milhões são provenientes de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. O custo da parte “A”   de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de spread de 3,9% a.a. mais varia o cambial.

Até o fechamento deste Formulário, não há novas fontes de financiamento previstas. Embora, entendemos ser necessária a obten o de novas fontes de financiamento, para atendimento a um mercado sempre crescente. No entanto, cabe ressaltar que, em razão do ajuizamento de pedido de Recupera o Judicial da controladora da CEMAT e da Interven o Administrativa a partir de agosto de 2012, a Companhia não tem tido acesso a novas linhas de crédito para realiza o de investimentos e capital de giro.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Até o fechamento deste Formulário, não há novas fontes de capital de giro e financiamento previstas. Embora (como já comentado), entendemos ser necessária a obten o de novas fontes de recursos, especialmente de financiamento para expansão e melhorias do sistema.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

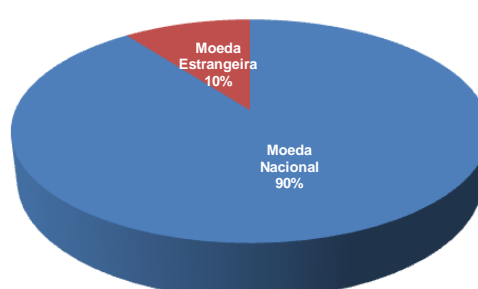
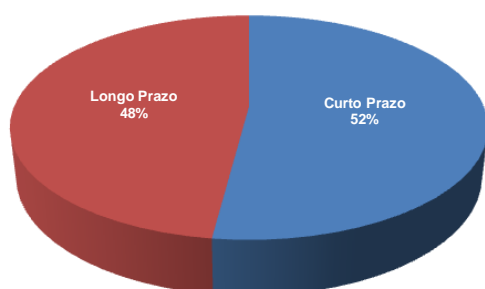
Dívida Financeira

O saldo consolidado das contas contábeis de empréstimos, financiamentos, debêntures, *leasing* e opera es de *swap* da Companhia foi de R\$1.239,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$1.258,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.398,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse saldo, líquido de caixa, aplica es e sub-roga o CCC foi de R\$1.057,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$1.064,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.122,4 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Perfil da Dívida Financeira

O quadro e gráficos a seguir ilustram o perfil do endividamento financeiro da CEMAT em 31 de dezembro de 2013:

Dívida Financeira (R\$ mil)	2.013		Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	
Moeda Nacional			
Eletrobras	46.198	203.329	249.527
Eletrobras (saldo vencido)	133.588	-	133.588
Finame / Leasing	159	127	286
Investimento	37.822	31.493	69.315
Capital de giro	165.688	207.822	373.510
Debêntures (2ª emissão)	172.998	-	172.998
Debêntures (3ª emissão)	7.731	14.797	22.528
Debêntures (4ª emissão)	12.137	83.861	95.998
(-) Custo da transação	(2.609)	(3.313)	(5.922)
Total Moeda Nacional	573.712	538.116	1.111.828
Moeda Estrangeira			
BID	66.578	18.741	85.319
Tesouro nacional	1.628	47.090	48.718
Leasing	3.395	31.654	35.049
Operações de swap	-	-	-
(-) Cauções	-	(41.259)	(41.259)
Total Moeda Estrangeira	71.601	56.226	127.827
Total da Dívida Financeira	645.313	594.342	1.239.655
Caixa e equivalentes	(128.026)	-	(128.026)
Sub-rogação CCC	(24.140)	(29.746)	(53.886)
Dívida Financeira Líquida	493.147	564.596	1.057.743



Perfil da Dívida Total

Além da dívida financeira, a CEMAT ainda possui dívidas relacionadas a impostos parcelados, encargos setoriais em atraso e energia comprada de Itaipu em atraso, conforme discriminado na tabela abaixo, com data base em 31 de dezembro de 2013:

Dívida Total (R\$ mil)	2.013		Total
	Curto Prazo	Longo Prazo	
Dívida financeira (*)	645.313	594.342	1.239.655
Parcelamento de impostos (**)	64.310	106.493	170.803
Redeprev	-	-	-
Encargos setoriais em atraso	284.869	-	284.869
Energia de Itaipu em atraso	295.299	-	295.299
Total	1.289.791	700.835	1.990.626
Caixa e equivalentes	(128.026)	-	(128.026)
Sub-rogação CCC	(24.140)	(29.746)	(53.886)
Dívida Líquida	1.137.625	671.089	1.808.714

(*) Inclui financiamentos Eletrobras vencidos e vencidos.

(**) Federais (PIS / COFINS / IRPJ / Lei 11.941/2009 + estadual (ICMS).

Conforme comentado anteriormente, a ANEEL, em 25 de janeiro de 2013, autorizou a Eletrobras a suspender a cobrança dos encargos setoriais e financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer, até o final da Intervenção.

Além disso, também comentado anteriormente, em Reunião do Conselho Fiscal, foi deliberado pelo não pagamento da energia comprada de Itaipu, considerando (i) a impossibilidade temporária da gestão da Intervenção em captar recursos junto ao mercado; (ii) a obrigatoriedade em realizar investimentos mínimos necessários à manutenção do sistema elétrico; e (iii) a falta de alternativa, que não a de realizar investimentos com recursos próprios.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, obtidos nos últimos anos, e que ainda possuem saldos em aberto, quando do fechamento de 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

2ª emissão de Debêntures: Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22/4/2010, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250,0 milhões. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão. Em agosto de 2012 foi celebrado aditamento das 13 séries, alterando o vencimento e forma de amortização, sendo o novo vencimento para 15/05/2017, alterando o fluxo de pagamentos para 42 parcelas mensais e sucessivas com 1º vencimento em 15/12/2013 na razão de 2,38% do saldo devedor registrado em 15/06/2012.

3ª emissão de Debêntures: Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$ 98,0 milhões. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão. Em setembro de 2012 foram recompradas 64 debêntures desta emissão, através da emissão de CCB's pelo Banco Itaú S.A. no montante equivalente a 34 debêntures na data de 06/09/2012 e pelo Banco Santander S.A. no montante equivalente a 30 debêntures na data de 06/09/2012. Deste modo, restou o saldo referente a 30 debêntures, que tiveram seu fluxo de amortização alterado por meio do Aditamento celebrado em data de 21/08/2012, para o seguinte: da 11ª a 16ª a amortização será na razão de 0,925900% do principal, da 17ª a 42ª a amortização será na razão de 1,388850% do principal, da 43ª a 48ª a amortização será na razão de 2,777933% do principal, da 49ª a 54ª a amortização será na razão de 3,2408883% do principal. Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de CDI mais 4,83% a.a.

4ª emissão de Debêntures: Em 5/10/2011 em Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão,

não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$ 50,0 milhões e máximo R\$ 100,0 milhões. A emissão seria composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 100,0 mil. Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 100,0 mil, perfazendo um total de R\$ 100,0 milhões. Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 4 sessões, em 7/5/2012; 8/5/2012; 11/5/2012 e 14/5/2012 foi aprovado a celebração do segundo e terceiro aditamentos à Escritura de Emissão alterando o prazo e data de vencimento das Debêntures o pagamento será em 122 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 19/12/2021, em 99 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 3 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a última em 19/4/2012; as 95 parcelas subsequente no valor correspondente a 0,9826% do valor nominal de cada uma das debêntures com vencimento da 4ª parcela em 19/1/2014 e da 98ª parcela em 19/11/2021 e a 99ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/12/2021. A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês.

Eletrobrás: contratos firmados pela Companhia, para investimentos em expansão dos sistemas de sub-transmissão, distribuição, comercialização, Programa Nacional de Irrigação e Programa Luz no Campo, sendo que a data de vencimento do último contrato ocorrerá em agosto/2022, com amortização mensal e trimestral, e as taxas de juros variam de 6% a 8% a.a., mais a variação do FINEL e UFIR, todos os contratos com carência de dois anos para o início das amortizações.

Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI ou IPCA, com amortização mensal e vencimento da última parcela em junho/2017.

- Operações indexadas a CDI, com taxa média ponderada de 3,27% a.a.
- Operações indexadas a IPCA, com taxa média ponderada de 10,83% a.a.

Investimentos: contratos firmados pela Companhia, cujos recursos destinam-se a investimentos conforme abaixo:

- contrato, empréstimo ponte com o Banco Santander, assinado em março/2008, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme elenco de obras sub-rogados com recursos da CCC por meio da Resolução nº 897 de 2/5/2007, com taxas de juros de 1,55% a.a. mais a variação de CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 48 meses vencendo a primeira em janeiro/2009 a última em dezembro/2012. Em 18/09/2012 foi assinado Instrumento, prorrogando o vencimento da operação para maio/2017, com carência de principal até novembro/2013 e amortização em 42 parcelas de dezembro/2013 a maio/2017;

- contrato, empréstimo ponte com o ITAÚ BBA, assinado em dezembro/2008 e março/2009, com a finalidade de interligação da região de Juruena ao Sistema Interligado Nacional - SIN, com taxas de juros de 4,3% a.a. mais a variação de CDI, com pagamento único para quitação em junho/2010, no valor R\$ 40.000 mil. Por meio de aditivos, a taxa passou a ser de 4,9% a.a. mais a variação de CDI e pagamentos mensais a partir de junho/2011 com vencimento da última parcela em junho/2016. Em 05/09/2012 foi assinado Instrumento, prorrogando o vencimento da operação para maio/2017, com carência de principal até novembro/2013 e amortização em 42 parcelas de dezembro/2013 a maio/2017;
- contrato, empréstimo ponte com o Banco Fibra, assinado em agosto/2010, com a finalidade de construção de linhas de transmissão e ampliação de subestações, conforme relação de obras sub-rogadas com recursos da CCC por meio da Resolução nº 1.877, de 7/4/2009, com taxas de juros de 4,43% a.a. mais a variação do CDI, com a amortização das parcelas de principal e encargos em 45 meses vencendo a primeira em dezembro/2011 e a última em agosto/2015. Em outubro/2012 foi realizado um aditivo alterando o vencimento para janeiro/2017, sendo que a primeira amortização do principal ocorreu em agosto/2013.

Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"): a CEMAT, em junho/2006, tomou empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Entre os anos de 2006 a 2008 foram liberados US\$114,5 milhões dos recursos dos empréstimos aprovados. Do total liberado, US\$ 75,0 milhões são provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”) e US\$39,5 milhões são provenientes de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de nove anos para liquida o, sendo 3 anos de carência e mais 6 para amortiza o do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 anos para liquida o, sendo 3 anos de carência e mais 3 anos para amortiza o. As amortiza es tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte “A”   de Libor acrescida de spread de 4,3% a.a. e a parte “B” de Libor acrescida de spread de 3,9% a.a. mais varia o cambial. Em outubro de 2012 foi acordado com o BID, através de termo Standstill, a não exigibilidade de pagamento do principal até a data de 26/12/2012. O termo já está em seu 4  aditamento, com vencimento em 15 de abril de 2014.

Renegocia o das Opera es Financeiras: em 2012, a CEMAT concluiu a renegocia o para alongamento do prazo de amortiza o de mais de 90,0% dos seus contratos financeiros de capital de giro e financiamento. Com isso, os perfis das amortiza es da maior parte dessas opera es foram alongados para 2017, porém, com algumas exce es que, embora tenha mantido o prazo original de liquida o, tiveram seus perfis readequados de forma a aliviar o fluxo de pagamento de curtíssimo prazo. Outra exce o foi a 4  Emissão de Debêntures, que teve seu vencimento prorrogado de 2017

para dezembro de 2021, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), que suspendeu o pagamento do principal até junho de 2013, ocasião em que a CEMAT efetuará somente o pagamento dos encargos, sem a aplicação de juros de mora, até a reestruturação definitiva. As taxas de juros e os *spreads* dos contratos renegociados foram mantidas conforme os contratos originais.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações discriminada no Item 10.1(f.i), acima, há ainda as seguintes operações a destacar:

Tesouro nacional: reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em 18/3/1998 e 22/9/1999 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos "Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América" ("*US\$ Treasury Zero Coupon Bond*").

Operações de Swap: em janeiro de 2013, o saldo passivo remanescente de certas operações de *swap*, no valor de R\$ 21,1 milhões, foi convertido para uma CCB, alocado como capital de giro na tabela de endividamento financeiro.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.239,7 milhões, e as garantias dos contratos que compõem esse montante estavam assim segmentados: (i) Garantias Quirografárias, ou seja, contratos sem garantia real, representam 16,8% do total (contratos *clean* ou somente com aval); (ii) Garantias Flutuantes, ou seja, garantias com ativos da companhia, sendo: (a) Recebíveis (faturamento), representam 76,1% do total; e (b) Subsídios via Eletrobras (sub-rogação CCC), representam 4,8%; e (iii) Garantias Reais, neste caso, depósito caução, representam 2,3% do total.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos da CEMAT possuem cláusula de vencimento antecipado, por força de eventos que envolvam sua controlada (como o caso do pedido de Recuperação Judicial). Para evitar inadimplemento cruzado (*cross*

default) de contratos celebrados entre as diversas Concessionárias e seus credores, resultando em potencial declaração de vencimento antecipado e na descontinuidade do serviço público, devido ao comprometimento do fluxo de caixa da CEMAT, em outubro de 2012, foi assinado um Termo de Entendimentos entre as Concessionárias controladas pela Rede Energia (em Recuperação Judicial) e seus credores. Esse Termo está em seu 4º Aditamento, com vencimento para 15 de abril de 2014. Com isso, afasta-se o risco de pedidos de vencimento antecipado, em razão de eventos dessa natureza, até o final da Intervenção.

Covenants Financeiros

A Companhia possui diversos contratos financeiros em que constam certas restrições ("*covenants*"). Essas restrições obrigam a Companhia a manter seus resultados dentro de certos limites, sob pena de o credor decretar vencimento antecipado do contrato. A seguir, relacionamos os *covenants* financeiros atualmente vigentes:

*Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID")**

- Índice de liquidez deve ser maior do que 1,00
- Dívida total por EBITDA deve ser menor do que 3,50
- Dívida de curto prazo por EBITDA deve ser menor do que 0,75
- Dívida total por dívida total mais patrimônio líquido deve ser menor do que 0,60
- Cobertura de juros deve ser maior do que 2,00

* Em outubro de 2012 foi assinado termo *Standstill* entre BID e CEMAT, com prazo até 15 de abril de 2014 (4º Aditamento). Durante esse período, a apuração dos *covenants* fica suspensa.

Banco Fibra / BTG Pactual

- Dívida líquida por EBITDA deve ser menor do que 3,25
- EBITDA por resultado financeiro deve ser maior do que 2,00

Debêntures (2ª emissão)

- Dívida líquida por EBITDA deve ser menor do que 3,25
- EBITDA por resultado financeiro deve ser maior do que 2,00

Debêntures (3ª e 4ª emissões)

- Dívida líquida por EBITDA deve ser menor do que 3,25
- EBITDA por resultado financeiro deve ser maior do que 2,10

JP Morgan, Societe Generale e Merrill Lynch

- Índice de liquidez deve ser maior do que 1,00
- Dívida total por EBITDA deve ser menor do que 3,50

- Dívida total por dívida total mais patrimônio líquido deve ser menor do que 0,60
- Cobertura de juros deve ser maior do que 2,10

Santander

- Dívida líquida por EBITDA deve ser menor do que 3,25
- EBITDA por resultado financeiro deve ser maior do que 2,10

Itaú BBA

- Dívida líquida por EBITDA deve ser menor do que 3,25
- EBITDA por resultado financeiro deve ser maior do que 2,10

Pelas razões já comentadas anteriormente, devido a efeitos contábeis que afetaram o EBITDA, os covenants acima foram descumpridos. A Companhia obteve anuência da maioria desses credores ("waivers"), porém, até o final do exercício de 2013, alguns credores não anuíram o pedido. Por essa razão, R\$188,0 milhões em saldo de dívida financeira, tiveram de ser reclassificados do longo para o curto prazo, de acordo com o Item 74 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 26.

Com o objetivo de reduzir o acúmulo de vencimentos de curto prazo, em junho de 2012, foi assinado um termo para renegociação de operações financeiras entre a CEMAT e diversos credores, em que a Companhia comprometeu-se, até o final do mês de janeiro de 2014, "a não conceder empréstimos a controladas, controladoras, coligadas e sociedade ou entidade que detém participação direta ou indireta, exceto se (a) o índice de dívida líquida / EBITDA da Companhia for igual ou inferior a 2 (dois) inteiros; e (b) tal empréstimo for expressamente aprovado pela ANEEL". O documento continua: "a Companhia, até o final do mês de janeiro de 2014, não distribuirá dividendos (exceto pela distribuição mínima a que seja obrigada por lei e/ou pelo estatuto social) ou pagará juros sobre capital próprio (exceto se imputados ao dividendo mínimo a que a Companhia esteja obrigada a pagar por lei e/ou pelo estatuto social), exceto se (i) estiver adimplente com todas as suas obrigações com o Credor, e (ii) se o índice de dívida líquida / EBITDA da Companhia for igual ou inferior a 2 (dois) inteiros". Até o fechamento deste Formulário, a CEMAT estava em cumprimento com essas obrigações.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou uma redução de 6,3%, passando de R\$3.504,1 milhões em 2012 para R\$3.285,0 milhões em 2013, influenciada principalmente pela redução de 19,67% nas tarifas de energia a partir de 24 de janeiro de 2013. Nesse aspecto, vale ressaltar que as vendas em GWh aos consumidores finais aumentaram 9,5%, enquanto a receita oriunda desses mesmos consumidores reduziu 7,0%, representando uma redução de 15,1% na tarifa média de 2013.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$1.285,5 milhões em 2013, o que representa um acréscimo de 5,2% em relação aos R\$1.221,4 milhões de 2012, principalmente em razão do aumento da demanda de energia.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, juntos, aumentaram 20,6%, passando de R\$975,6 milhões em 2012 para R\$1.176,7 milhões em 2013. As principais razões dessa variação foram:

(i) aumento de 40,3% (R\$ 11,4 milhões) na rubrica material, que passou de R\$ 28,2 milhões em 2012 para R\$ 39,6 milhões em 2013, principalmente em razão (a) incremento de R\$ 4,5 milhões, em relação ao exercício anterior, em gastos com materiais para expansão, manutenção e melhorias do sistema elétrico; e (b) incremento de R\$ 2,5 milhões no consumo de óleo diesel nas usinas termelétricas em operação na CEMAT.

(ii) aumento de 32,4% (R\$ 54,4 milhões) em serviços de terceiros, que passou de R\$ 167,8 milhões em 2012 para R\$ 222,2 milhões em 2013, principalmente em virtude de: (a) incremento de R\$ 21,4 milhões em gastos com serviços para expansão, manutenção e melhoria do sistema elétrico; e (b) incremento de R\$ 7,1 milhões em gastos com tecnologia da informação, para implantação de novos sistemas.

Outro fator a levar-se em consideração é a inflação do período: o Índice de Geral de Preços de Mercado ("IGPM"), ao qual a maioria dos contratos de prestação de serviços estão atrelados, foi de 5,5257%, em 2013.

Os principais efeitos que afetaram as rubricas "Provisões" e "Outros" do quadro acima estão descritos no tópico a seguir.

Despesas Operacionais Não Recorrentes

No exercício de 2013, a Companhia registrou R\$ 198,2 milhões em despesas operacionais, que a Administração entende como sendo despesas não recorrentes, em comparação aos R\$ 111,7 milhões contabilizados em 2012 (vide quadro abaixo):

Despesas Operacionais (Não Recorrentes) R\$ mil	2.013	2.012	Var. R\$
Contingências judiciais	(93.996)	(72.209)	(21.787)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (líquida de reversão)	(104.209)	(39.525)	(64.684)
Impacto na Demonstração dos Resultados	(198.205)	(111.734)	(86.471)

Contingências Judiciais e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"): a atual Administração da CEMAT vem aperfeiçoando suas estimativas de avaliação, das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias ("Contingências Judiciais"), além da mensuração das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD. O CPC 25 orienta que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são determinadas pelo julgamento da administração, complementados pela experiência de transações semelhantes. Assim, após se inteirar das premissas e estimativas usadas para julgamento, a administração entendeu que as provisões ora constituídas, refletem a melhor informação contábil da Companhia.

EBITDA

Considerando-se portanto os comentários sobre os resultados da receita operacional, custo do serviço de energia elétrica, bem como os custos e despesas operacionais, a CEMAT encerrou o exercício de 2013 com um EBITDA Ajustado de R\$ 112,8 milhões, representando uma redução de 55,2% em relação aos R\$ 252,0 milhões de 2012.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro registrou uma despesa de R\$ 252,5 milhões em 2013 em relação a uma despesa de R\$ 188,2 milhões em 2012, representando um aumento de 34,1%. As principais razões que influenciaram essa variação, foram:

(i) redução de 72,7% (R\$ 20,2 milhões) na receita com juros ativos que passou de uma receita de R\$ 27,8 milhões em 2012 para uma receita de R\$ 7,6 milhões em 2013. A razão dessa variação, de fato, está no exercício 2012, em virtude do montante de R\$

19,6 milhões a receber da sub-rogação CCC, bloqueado, naquela ocasião, por inadimplência da Companhia. Essa questão fora regularizada utilizando-se do mecanismo contido no Despacho nº 213, de 25 de janeiro de 2013, por meio do qual a ANEEL autorizou a Eletrobrás a suspender a cobrança dos encargos setoriais e financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer, até o termo final da Intervenção Administrativa;

(ii) contabilização de receita financeira de R\$ 28,6 milhões, em 2013, referente a juros de atualização do Valor Novo de Reposição ("VNR"). Em abril de 2013, a CEMAT concluiu o 3º ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("3CRTP"), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base em laudo de avaliação;

(iii) a variação monetária (líquida) passou de uma despesa financeira de R\$ 26,3 milhões em 2012 para uma despesa financeira de R\$ 65,5 milhões, representando um aumento de 149,3% (R\$ 39,2 milhões). Esse aumento de despesa foi influenciado pela valorização de 14,6% do dólar em relação ao real entre 2012 e 2013. Ressaltando que a variação cambial da energia comprada de Itaipu, cujo pagamento está suspenso, além da variação cambial das dívidas em dólar (BID, Tesouro Nacional e *leasing* de uma aeronave), estão contabilizados nessa rubrica; e

Despesas Não Operacionais Não Recorrentes

No exercício de 2013, a Companhia registrou R\$ 160,1 milhões em despesas, que a Administração entende como sendo despesas não operacionais e não recorrentes (vide quadro abaixo):

Despesas Não Operacionais (Não Recorrentes) R\$ mil	2.013	2.012
Provisão Banco Daycoval	(102.985)	-
Implantação do manual de controle patrimonial	(36.230)	-
Multas pela incorporação de redes	(20.875)	-
Impacto na Demonstração dos Resultados	(160.090)	-

Provisão do Banco Daycoval: essa provisão refere-se à retirada, pelo Banco Daycoval, em fevereiro de 2012, de valor aplicado em conta da Companhia, para quitação de dívida vencida na Rede Energia, evento esse amplamente divulgado pela CEMAT. Dessa forma, uma vez que a restituição desse montante passou a depender exclusivamente de demanda judicial movida pela Companhia, cuja realização depende de eventos futuros e incertos, a Administração decidiu provisioná-lo enquanto aguarda o andamento do processo jurídico, baixando-o da rubrica Outros Ativos.

Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"): no exercício de 2013, a Companhia concluiu a implantação do MCPSE, aprovado pela ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Com a implantação desse Manual, apurou-se uma diferença de 1,5% a menor no

levantamento físico dos ativos, em relação aos registros contábeis, o que levou a uma baixa contábil, como despesa, no resultado da companhia.

Incorporação de Redes Particulares: são despesas financeiras de multas pelo atraso na incorporação de redes particulares. Essas despesas referem-se a obras executadas com recursos antecipados pelo consumidor, que devem ser restituídos pela Companhia conforme o Plano de Universalização.

Resultado Líquido do Exercício

Como resultado dos tópicos comentados anteriormente, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 382,7 milhões no exercício de 2013, em relação a um prejuízo de R\$ 52,9 milhões em 2012.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 14,9%, passando de R\$ 3.049,1 milhões em 2011 para R\$ 3.504,1 milhões em 2012, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 7,0% nas vendas em MWh; (ii) aumento de 4,4% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$, ao consumidor final, dividida pelas vendas em MWh); (iii) aumento de 22,9% na receita oriunda do uso da rede, que passou de R\$ 152,4 milhões em 2011 para R\$ 187,4 milhões em 2012; e (iv) aumento de 79,5% nas vendas realizadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que passou de R\$ 24,3 milhões em 2011 para R\$ 43,7 milhões em 2012.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 1.221,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 33,3% em relação aos R\$ 916,0 milhões de 2011. As principais razões da variação dos custos com a compra de energia elétrica, foram: (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, juntos, aumentaram 39,4%, de R\$ 699,6 milhões em 2011 para R\$ 975,6 milhões em 2012. As principais razões dessa variação foram:

(i) aumento de 32,7% na rubrica pessoal, que passou de R\$ 104,6 milhões em 2011 para R\$ 138,8 milhões em 2012, principalmente devido a: (a) acordo coletivo de reajuste salarial ocorrido em dezembro de 2011 e aplicado em março de 2012. Esse acordo resultou em um reajuste de 8,0%, com benefícios retroativos desde novembro de 2011; (b) dissídio em novembro de 2012, que resultou em um reajuste de 5,99%; (c) aumento do número de pessoal de 3.076 em 2011 para 3.438 em 2012 (somando-se funcionários próprios, terceirizados e estagiários); (d) aumento de 26,6% nas indenizações sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"); (e) aumento de 24,9% no valor do vale alimentação; e (f) aumento de 65,0% na assistência médica terceirizada.

(ii) aumento de 28,6% no item serviços de terceiros, que passou de R\$ 130,5 milhões para R\$ 167,8 milhões, principalmente devido a: (a) incremento de R\$ 13,0 milhões, entre 2011 e 2012, para manutenção e melhoria do sistema de distribuição; (b) incremento de R\$ 6,5 milhões em consultoria, especialmente na área de informática - para implantação de novos sistemas - e consultoria contratada no processo de reescalonamento da dívida financeira; e (c) reajuste dos valores dos contratos, em geral. A inflação em 2012, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"), registrou aumento de 7,8%;

(iii) aumento de 34,4% no custo de construção, que passou de R\$ 285,8 milhões em 2011 para R\$ 384,0 milhões em 2012. Vale reafirmar que a custo de construção é parte dos efeitos da adoção do IFRS e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da Companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece na receita operacional - como receita de construção - resultando em efeito zero no EBITDA; e

(iv) aumento de R\$ 145,3 milhões nas provisões, que passaram de uma receita de R\$ 22,4 milhões em 2011 para uma despesa de R\$ 122,8 milhões, principalmente devido às mudanças nas estimativas de avaliação, pela nova administração, das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias, além da mensuração das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). O CPC 25 orienta que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são determinadas pelo julgamento da administração, complementados pela experiência de transações semelhantes. Assim, após se inteirar das premissas e estimativas usadas para julgamento, a nova administração entendeu que as provisões constituídas não refletiam a melhor informação, razão a qual optou pela revisão das estimativas de avaliação.

EBITDA

Considerando-se portanto os comentários sobre os resultados da receita operacional, custo do serviço de energia elétrica, bem como os custos e despesas operacionais, a CEMAT encerrou o exercício de 2012 com um EBITDA Ajustado de R\$ 252,0 milhões, representando uma redução de 53,2% em relação aos R\$ 538,7 milhões de 2011.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 188,2 milhões em 2012, em relação a uma despesa de R\$ 180,3 milhões em 2011, representando um aumento de 4,4%. As principais razões que influenciou essa variação, foram:

(i) o aumento de 16,9% nas despesas de juros e multas, que passaram de R\$ 62,7 milhões em 2011 para R\$ 100,0 milhões em 2012, sendo os principais fatores dessa variação: (a) atraso na liquidação do contrato de *swap* com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), que gerou multa contratual de R\$ 14,8 milhões; (b) juros de R\$ 8,5 milhões devido a atraso no pagamento de energia comprada para revenda; e (c) juros de R\$ 8,5 milhões devido a atraso no pagamento de encargos setoriais; e

(ii) redução de 16,5% nas despesas com encargos de dívida de R\$ 128,6 milhões em 2011 para R\$ 107,4 milhões em 2012, principalmente em razão da redução do endividamento financeiro em 10,0%.

Resultado Líquido do Exercício

Como resultado dos tópicos comentados anteriormente, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 52,9 milhões no exercício de 2012, e um lucro líquido de R\$ 146,9 milhões no exercício de 2011. O resultado de 2012, conforme comentado anteriormente, foi influenciado principalmente pelas mudanças nas estimativas de avaliação das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias, além da mensuração das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 7,3%, passando de R\$2.842,4 milhões em 2010 para R\$3.049,1 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 2,1% nas vendas em MWh; e (ii) aumento de

10,3% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh). Desconsiderando-se portanto, a receita de construção, que é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, e que não constitui efeito real sobre o resultado operacional da Companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA, a receita bruta registrou um expressivo aumento de 16,0%, passando de R\$2.381,4 milhões em 2010 para R\$2.763,3 milhões em 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$916,0 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 1,7% em relação aos R\$900,7 milhões de 2010, principalmente devido ao aumento da demanda.

Custo da Operação

O custo de operação foi de R\$535,9 milhões em 2011 e R\$696,7 milhões em 2010, representando uma redução de 23,1%. Assim como na receita, desconsiderando-se o custo de construção que, como já comentado, não constitui efeito real sobre o resultado operacional da Companhia, o custo de operação registrou um aumento de 6,1%, passando de R\$235,7 milhões em 2010 para R\$250,1 milhões em 2011. Esse aumento reflete apenas a inflação do período que, medida pelo IGPM, foi de 5,1%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais registraram um aumento de 16,6%, passando de R\$140,5 milhões em 2010 para R\$163,7 milhões em 2011, principalmente devido ao item pessoal. Isso se deve ao fato de que o número de pessoal alocado diretamente às obras foi menor em 2011, quando comparado com 2010 e, portanto, uma menor imobilização de parte desses custos.

EBITDA

Em consequência dos resultados comentados acima, o EBITDA da Companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação/desativação de bens e direitos e outros resultados não operacionais, aumentou 49,4%, partindo de R\$360,7 milhões em 2010 para R\$538,7 milhões em 2011.

Resultado Líquido

O resultado financeiro manteve-se estável de 2010 para 2011, passando de uma despesa financeira de R\$179,3 milhões em 2010 para uma despesa financeira de R\$180,3 milhões em 2011, o que representa uma sensível variação de 0,6%. Face a isso, o lucro líquido da Companhia foi de R\$146,9 milhões em 2011 e R\$18,6 milhões em 2010, influenciado pelo bom resultado operacional da Companhia.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 comparadas com 31 de dezembro de 2012

* As modificações trazidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e de rescisão. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no patrimônio líquido. Em virtude disso, para fins de comparação, a Companhia reapresentou o saldo patrimonial de 31 de dezembro de 2012. Essa mudança, portanto, não afetou contas de resultado (vide Nota Explicativa 3.4 das demonstrações financeiras 2013 da CEMAT, disponíveis no site da CVM e CEMAT).

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, nosso numerário disponível em caixa e aplicações no mercado aberto totalizam R\$128,0 milhões, comparados aos R\$122,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, mantendo-se estável de um período para o outro. A Administração da Companhia tem optado por manter essa sobra de caixa para fazer frente aos emergentes investimentos que demandam a área de concessão da CEMAT, que apresentou um crescimento de 9,5% em seu mercado consumidor (medido em GWh).

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da conta de consumidores foi de R\$413,3 milhões, comparados com R\$566,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. Tal redução de 27,0% (ou R\$153,2 milhões), ocorreu, principalmente, em virtude das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Conforme comentado em tópico anterior, a atual Administração da CEMAT vem aperfeiçoando suas estimativas

de avaliação da mensuração das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD.

Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$27,6 milhões, comparado aos R\$34,2 milhões de 31 de dezembro de 2012. Tal redução de 19,3% (ou R\$6,6 milhão) ocorreu principalmente devido a redução de R\$5,0 em ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível que será recuperado em até 48 meses.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de consumidores foi de R\$66,2 milhões, comparados aos R\$123,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Tal redução de 46,5% (ou R\$57,6 milhões) ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo, em especial, dos parcelamentos de energia a receber, que passaram de R\$72,3 milhões em 2012 para R\$22,0 em 2013.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, nosso ativo não circulante de partes relacionadas contabilizava R\$134,8 milhões, comparados aos R\$124,9 milhões de 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 7,9% (ou R\$34,0 milhões). Esse aumento foi em virtude da correção dos saldos a receber de um período para outro, pela taxa CDI, uma vez que não houve qualquer recebimento durante o exercício de 2013.

Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2013, nossos tributos a recuperar totalizaram R\$40,0 milhões, comparados aos R\$32,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento de 24,3% (ou R\$7,8 milhões) foi principalmente decorrente de estimativas pagas à maior de imposto de renda, constituindo ativos que serão utilizados para compensação de tributos federais.

Outros Ativos

O saldo da conta outros ativos foi de R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$136,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 82,7% (ou R\$113,0 milhões), principalmente da baixa contábil de R\$103,0 milhões do Banco

Daycoval, o que gerou uma despesa no resultado da Companhia. Essa provisão refere-se à retirada, pelo Banco Daycoval, em fevereiro de 2012, de valor aplicado em conta da Companhia, para quitação de dívida vencida na Rede Energia, evento esse amplamente divulgado pela CEMAT. Dessa forma, uma vez que a restituição desse montante passou a depender exclusivamente de demanda judicial movida pela Companhia, cuja realização depende de eventos futuros e incertos, a Administração decidiu provisioná-lo enquanto aguarda o andamento do processo jurídico.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2013 foi de R\$2.502,9 milhões, o que representa um aumento de 7,9% (ou R\$184,0 milhões) em relação aos R\$2.318,9 milhões de 2012, principalmente devido a redução de R\$188,2 no saldo da rubrica obrigações vinculadas à concessão. Lembrando que essa rubrica é uma conta redutora do ativo, portanto, se há uma diminuição do saldo (que é negativo), há um aumento do ativo. Essas obrigações são recursos relativos à participação financeira do consumidor nas obras públicas e não são créditos do acionista.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores era de R\$446,1 milhões, comparados aos R\$290,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 53,8% (ou R\$156,1 milhões). Esse aumento foi principalmente devido de R\$152,4 no saldo da energia comprada e devida a Itaipu. Conforme comentado em tópico anterior, para proporcionar conforto ao caixa da Companhia, a Administração, com apoio do Conselho Fiscal, decidiu pela suspensão dos pagamentos da energia comprada de Itaipu, considerando (i) a impossibilidade temporária da gestão da Intervenção em captar recursos junto ao mercado; (ii) a obrigatoriedade em realizar investimentos mínimos necessários à manutenção do sistema elétrico; e (iii) a falta de alternativa, que não a de realizar investimentos com recursos próprios.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$136,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$158,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 13,6% (ou R\$21,5 milhões). Essa variação foi principalmente decorrente do pagamento de R\$23,8 milhões de Parcelamento Excepcional (PAEX), com a Receita Federal.

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil totalizaram R\$645,3 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$566,9 milhões em 2012, representando um aumento de 13,8% (ou R\$78,4 milhões). Esse aumento foi principalmente em razão das mudanças nas estimativas de avaliação, que afetaram o EBITDA, resultando no descumprimento dos *covenants* financeiros e reclassificação de saldos de alguns credores, do longo para o curto prazo. Esse assunto foi detalhadamente comentado no tópico 10.1(c) deste Formulário

Passivo Não Circulante

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$106,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$151,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 29,7% (ou R\$44,9 milhões). Essa redução foi principalmente decorrente da amortização de R\$47,2 milhões em parcelamentos de PIS e COFINS.

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil de longo prazo totalizaram R\$670,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$594,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 11,4% (ou R\$76,6 milhões), principalmente devido a reclassificação de alguns saldos para o curto prazo, em virtude do descumprimento de *covenants* financeiros, assunto esse detalhadamente comentado no tópico 10.1(c) deste Formulário.

Provisões para Contingências

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das provisões para contingências foi de R\$168,6 milhões em comparação ao saldo de R\$74,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 125,9% (ou R\$94,0 milhões). Conforme comentado em tópico anterior deste Formulário, a atual Administração vem aperfeiçoando suas estimativas de avaliação, das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias ("Contingências Judiciais"). O CPC 25 orienta que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são determinadas pelo julgamento da administração, complementados pela experiência de transações semelhantes. Assim, após se inteirar das premissas e estimativas usadas para julgamento, a administração entendeu que as provisões ora constituídas, refletem a melhor informação contábil da Companhia.

Outros Passivos

Os outros passivos totalizaram R\$203,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de R\$42,3 milhões em relação aos R\$160,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento foi principalmente decorrente de despesas financeiras de multas pelo atraso na incorporação de redes particulares. Essas despesas referem-se a obras executadas com recursos antecipados pelo consumidor, que devem ser restituídos pela Companhia conforme o Plano de Universalização.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido foi de R\$816,9 milhões, comparados aos R\$1.227,4 (reapresentado) milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação de R\$410,5 milhões foi influenciada principalmente pelos prejuízos acumulados. O montante de R\$304,5 milhões contabilizado como reserva de lucro em 2012, foi reduzido contra prejuízos acumulados, em 2013.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 comparadas com 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$122,6 milhões, comparados aos R\$158,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação é principalmente devido ao montante de R\$93,4 milhões que estava aplicado no Banco Daycoval. Esse montante foi resgatado e transferido para a conta corrente da controladora Rede Energia (sob Recuperação Judicial), para quitação de dívidas vencidas por antecipação. A Administração da CEMAT considera tal resgate indevido e está questionando judicialmente a sua devolução.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta de consumidores foi de R\$566,5 milhões, comparados com R\$537,7 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento de R\$28,8 milhões ou 5,4%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo.

Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$34,2 milhões, comparado aos R\$35,4 milhões de 31 de dezembro de 2011. Tal redução de R\$1,2 milhão ou 3,4% ocorreu principalmente devido a redução do ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível que será recuperado em até 48 meses.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de consumidores foi de R\$123,8 milhões, comparados aos R\$143,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal redução de R\$19,2 milhões ou 13,4% ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, nosso ativo não circulante de partes relacionadas contabilizava R\$124,9 milhões, comparados aos R\$158,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de R\$34,0 milhões ou 21,4%. Essa redução foi decorrente do saldo a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. (em recuperação judicial), coligada da CEMAT que, em virtude da recuperação judicial, teve 1/3 de seu valor reduzido. Os outros 2/3 foram assumidos pela coligada Rede Power do Brasil S.A.

Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2012, nossos tributos a recuperar totalizaram R\$32,2 milhões, comparados aos R\$22,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento de R\$9,6 milhões ou 42,5% foi principalmente decorrente do aumento do ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível que será recuperado em até 48 meses.

Outros Ativos

O saldo da conta outros ativos foi de R\$136,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$12,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um variação de R\$124,6 milhões, principalmente em razão da contabilização do saldo de R\$103,0 milhões do Banco Daycoval, devido ao resgatado e transferência para a conta corrente da controladora Rede Energia (sob Recuperação Judicial), para quitação de dívidas

vencidas por antecipação. Com base na opinião de assessores jurídicos, a Administração da CEMAT entende que o direito de ressarcimento do montante é líquido e certo, restando o desfecho judicial para a avaliação do adequado registro e atualização do ativo. Na hipótese da não devolução por parte do Banco, a controladora Rede Energia (em recuperação judicial) passará a ser devedora desse valor.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2012 foi de R\$2.318,9 milhões, o que representa um aumento de 11,2% (R\$233,0 milhões) em relação aos R\$2.085,9 milhões de 2011, principalmente devido a variação de R\$383,6 milhões no item máquinas e equipamentos do ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de fornecedores era de R\$290,0 milhões, comparados aos R\$183,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$106,5 milhões ou 58,0%, principalmente devido ao aumento de R\$121,3 milhões nos fornecedores de suprimentos de energia elétrica, em razão do aumento da compra de energia, comentado no texto sobre a análise das contas de resultado, em parágrafos anteriores.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$158,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$220,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 28,1% (ou R\$62,0 milhões). Essa variação foi principalmente decorrente do pagamento de R\$33,9 milhões referentes às obrigações estaduais (ICMS).

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil totalizaram R\$588,0 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$463,7 milhões em 2011, representando um aumento de 26,8% (ou R\$124,2 milhões). Esse aumento foi principalmente em razão das mudanças nas estimativas de avaliação, tema detalhadamente comentado no tópico "Custos e Despesas Operacionais" deste Formulário, que afetaram o EBITDA, resultando no descumprimento de alguns *covenants* financeiros. Com isso, embora a Companhia tenha obtido anuência desses

credores ("*waivers*"), os saldos desses contratos que estavam no longo prazo, em um total de R\$ 356,6 milhões, foram reclassificados para o curto prazo, uma vez que os *waivers* foram solicitados e concedidos após 31 de dezembro de 2012, de acordo com o Item 74 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 26.

Passivo Não Circulante

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$151,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$108,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 40,2% (R\$43,4 milhões). Esse aumento foi principalmente decorrente do pedido de parcelamento do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em junho de 2012, junto a Receita Federal. O montante será quitado em 60 parcelas, corrigidas pela taxa SELIC.

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil de longo prazo totalizaram R\$670,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$934,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 28,2% (ou R\$263,7 milhões), principalmente devido a reclassificação do montante de R\$ 356,6 milhões para o curto prazo, em razão do descumprimento de alguns *waivers* (assunto já comentado anteriormente).

Outros Passivos

Os outros passivos totalizaram R\$160,8 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$133,2 milhões em relação aos R\$27,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi principalmente decorrente do Plano de Universalização. O plano prevê que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação prevista no programa anual, ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado serão restituídos pela concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo o Programa Anual. Os valores deverão ser reembolsados aos consumidores até o final do ano de 2014.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Líquido (reapresentado) foi de R\$1.227,4 milhões, comparados aos R\$1.277,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. Essa variação de R\$49,8 foi influenciada pela redução de R\$19,6 milhões na reserva de lucro e redução de R\$19,0 milhões na reserva de reavaliação.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$158,9 milhões, comparados aos R\$109,40 milhões em 31 de dezembro de 2010, essa variação é principalmente devido ao montante de R\$119,4 milhões mantidos em aplicações financeiras.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta de consumidores foi de R\$537,7 milhões, comparados com R\$402,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$135,1 milhões ou 33,6%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo,

O saldo da perda no valor recuperável foi em 31 de dezembro de 2011, de R\$31,8 milhões, comparados com R\$54,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 41,3% (R\$22,4 milhões) tal redução ocorreu em virtude da realização de perdas no período.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$35,4 milhões, comparado aos R\$36,4 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$1,0 milhão ou 2,8% ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e a redução do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo imobilizado. que será compensado em até 48 meses.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$143,0 milhões, comparados aos R\$166,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de R\$23,6 milhões ou 14,2% ocorreu principalmente em virtude dos vencimentos que passaram para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$158,9 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$100,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$58,6 milhões ou 58,42% ocorreu principalmente pela concessão de crédito para uma das empresas relacionadas, Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, cujo saldo passou de R\$28,8 milhões em 2010 para R\$65,1 milhões em 2011.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$111,1 milhões, comparados aos R\$133,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa diminuição de R\$22,7 milhões ou 17,0% foi decorrente da redução da diferença temporária apurada no período, referente a perda no valor recuperável e nos prejuízos fiscais e base negativa de 2011 de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2011 foi de R\$2085,9 milhões, o que representa um aumento de 6,1% (R\$120,7 milhões) em relação aos R\$1965,2 milhões de 2010, principalmente devido a variação de R\$89,3 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$183,5 milhões, comparados aos R\$127,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$56,5 milhões ou 44,4%, principalmente devido ao aumento de R\$37,6 milhões nos fornecedores de suprimentos de energia elétrica e aumento de R\$23,6 milhões nos fornecedores de materiais e serviços.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$220,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$164,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 33,8% (R\$55,7 milhões). Tal aumento foi principalmente decorrente da adesão do novo parcelamento em Abril/2011 de Pis e Cofins com a Receita Federal do Brasil no valor de R\$30,1 e do aumento das obrigações fiscais Estaduais com ICMS no valor de R\$42,1 adicionalmente a redução referente conclusão da etapa final da consolidação das modalidades do parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/09 no montante de R\$15,4.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizaram R\$405,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$440,3 milhões em 2010, representando uma redução de 7,88% (R\$34,7 milhões). Essa redução ocorreu principalmente devido a contratação dos empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento a longo prazo.

Passivo Não Circulante

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$108,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 7,53% (R\$8,8 milhões). Essa redução foi principalmente decorrente da conclusão da etapa final da consolidação das modalidades do parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/09.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizaram R\$893,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$818,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 9,17% (R\$75,0 milhões) principalmente devido a: (i) emissão de debêntures, que agregou R\$156,7 milhões ao saldo de longo prazo; e (ii) redução de R\$51,0 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial – esse empréstimo é em US\$.

Tributos Diferidos

Os tributos diferidos totalizaram R\$136,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$1,6 milhão em relação aos R\$134,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação pouco expressiva de 1,2% foi devida às diferenças temporárias dos passivos regulatórios, totalizando um aumento de R\$12,9 milhões e a redução na realização da reserva de reavaliação de 11,3 milhões, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o Patrimônio Líquido foi de R\$1.277,2 milhões, comparados aos R\$1.168,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação pouco expressiva de R\$12,6 foi influenciada pelo aumento de R\$130,5 milhões nas reservas de lucro e redução de R\$21,9 milhões nos outros resultados abrangentes.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da CEMAT é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Mato Grosso, que por sua vez são subdivididos em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento do consumo dessas classes nos últimos três exercícios.

Comportamento das Classes de Consumo: 2013 em relação a 2012

A classe residencial é a mais representativa da Companhia com 35,9% dos GWh vendidos e 76,6% do número total de consumidores. A classe residencial apresentou um expressivo crescimento de 12,1% no consumo de energia elétrica, passando de 1.970 GWh em 2012 para 2.208 GWh em 2013, e um crescimento de 4,9% no número de consumidores, o que significa um incremento de 43,6 mil novos clientes. As principais razões para o bom desempenho da classe foram: maior oferta de empregos no Estado e aumento da renda média *per capita*.

A classe comercial, a segunda mais representativa da Companhia, com participação de 23,2% no total de GWh vendidos, apresentou um crescimento de 9,5% no consumo e um incremento 4,8% no número de consumidores. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe, foram: (i) comércio atacadista, que registrou

um crescimento de 14,5%, e (ii) serviços diversos, com crescimento de 10,8%. Vale observar que, em 2013, houve migração de clientes comerciais relacionadas às atividades de comércio varejista e comércio atacadista para o mercado livre. Portanto, adicionando-se o consumo desses clientes livres à base de clientes cativos da Companhia, as vendas para a classe comercial subiriam para 1.434 GWh em 2013, o que representaria um aumento 10,0% em relação a 2012.

A classe industrial passou a ser a terceira mais representativa em relação ao consumo de energia elétrica. Sua representatividade foi de 14,3% em relação ao total de GWh vendidos e 2,0% em relação ao número total de clientes da Companhia. Entre 2012 e 2013, o consumo em GWh apresentou acréscimo de 8,8% e o número de consumidores, um crescimento de 4,9%.

A classe rural é a quarta maior em relação ao consumo de energia, com uma representatividade de 14,1% em relação ao total de GWh vendidos pela CEMAT, e a segunda maior em número de consumidores, com representatividade de 13,1% em relação ao total de consumidores da Companhia. O consumo da classe rural em GWh aumentou 5,9%, de 2012 para 2013, e o número de clientes avançou 0,2% nesse mesmo período, adicionando 341 novos clientes rurais à base da CEMAT.

Comportamento das Classes de Consumo: 2012 em relação a 2011

A classe residencial é a mais representativa da Companhia, representando 35,1% dos MWh vendidos e 76,1% do número total de consumidores (vide gráficos a seguir). A classe residencial apresentou um expressivo crescimento de 9,5% no consumo de energia elétrica, passando de 1.799 GWh em 2011 para 1.970 GWh em 2012, e um crescimento de 6,6% no número de consumidores, o que significa um incremento de 55,2 mil novos clientes. As principais razões para o bom desempenho da classe foram: maior oferta de empregos no Estado e aumento da renda média *per capita*.

A classe comercial, a segunda mais representativa da Companhia, com participação de 23,2% no total de MWh vendidos, apresentou um crescimento de 6,9% no consumo em MWh e um incremento 4,2% no número de consumidores, quando comparados 2012 e 2011. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe, foram: (i) comércio atacadista, que registrou um crescimento de 10,5%, e (ii) serviços diversos, com crescimento de 6,9%. Vale observar que, em 2012, houve migração de clientes comerciais relacionadas às atividades de gerência de escritórios, administração e ensino, para o mercado livre. Portanto, adicionando-se o consumo desses clientes livres à base de clientes cativos da Companhia, as vendas para a classe comercial subiriam para 1.377 GWh em 2012, o que representaria um aumento 9,1% em relação a 2011.

A classe rural é a terceira maior em relação ao consumo de energia, com uma representatividade de 14,6% em relação ao total de MWh vendidos pela CEMAT, e a segunda maior em relação ao número de consumidores, com representatividade de 13,6% em relação ao total de consumidores da Companhia. O consumo da classe rural em MWh aumentou 12,7%, de 2011 para 2012, e o número de clientes avançou 5,0% nesse mesmo período, adicionando 7,6 mil novos clientes rurais à base da CEMAT. Apontamos a implementação do Programa Luz Para Todos como a principal razão desse crescimento.

A classe industrial passou a ser a quarta mais representativa em relação ao consumo de energia elétrica. Sua representatividade foi de 14,4% em relação ao total de MWh vendidos e 1,7% em relação ao número total de clientes da Companhia. Entre 2011 e 2012, o consumo em MWh apresentou decréscimo de 2,5% e o número de consumidores, um crescimento de 14,6%. Isso significa que clientes com alto consumo migraram para o mercado livre, enquanto diversos novos clientes industrial, com menor consumo, se instalaram na área de concessão da CEMAT.

Comportamento das Classes de Consumo: 2011 em relação a 2010

A classe residencial, responsável por 34,3% do total de energia fornecida (1.799 GWh) e 75,9% do número total de consumidores (835.549 consumidores), apresentou um crescimento de 4,1% no consumo de energia elétrica e um crescimento de 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao exercício anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento do número de empregos e pela renda dos trabalhadores.

A classe industrial passou a ser a terceira mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa, com participação de 15,8% da energia fornecida (828 GWh) e 17.856 consumidores. O consumo apresentou um decréscimo de 15,0% e o número de consumidores registrou um crescimento de 8,7%. Esse crescimento, abaixo da média histórica, foi influenciado pela migração de certos clientes industriais para o mercado livre e também pela crise no setor de frigoríficos e abate de animais.

A classe comercial, segunda mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa em 2011, com participação de 23,2% do total da energia fornecida (1.220 GWh) e com 82.716 consumidores, apresentou um crescimento de 6,8% no consumo e 5,2% no número de consumidores, quando comparados ao ano anterior. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram: atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e serviços, com crescimento de 13,8%. Vale observar que, nas atividades relacionadas a gerência de escritórios, administração e ensino, houve migração de clientes para o mercado livre. Considerando-se o fornecimento a clientes livres no total da classe, teríamos um

consumo de 1.262 GWh em 2011, o que representaria um aumento 9,2% em relação a 2010.

A classe rural é quarta maior com relação ao consumo de energia, com 13,8% (726 GWh), e a segunda maior classe em relação ao número de consumidores (151.817 consumidores). Essa classe registrou um crescimento de 13,5% no fornecimento de energia e de 8,9% no número de consumidores, principalmente devido à implementação do Programa Luz Para Todos.

Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ mil	2011	2012	2013
Receita operacional bruta	3.049.090	3.504.126	3.285.046
Deduções	(1.039.325)	(1.159.327)	(972.079)
Receita operacional líquida	2.009.765	2.344.799	2.312.967

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Administração da CEMAT entende que os resultados operacionais (contábeis) foram afetados principalmente pelas baixas contábeis comentados no Item 10.1 deste Formulários, os quais transcrevemos abaixo:

Despesas Operacionais Não Recorrentes

No exercício de 2013, a Companhia registrou R\$ 198,2 milhões em despesas operacionais, que a Administração entende como sendo despesas não recorrentes, em comparação aos R\$ 111,7 milhões contabilizados em 2012 (vide quadro abaixo):

Despesas Operacionais (Não Recorrentes) R\$ mil	2.013	2.012	Var. R\$
Contingências judiciais	(93.996)	(72.209)	(21.787)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(104.209)	(39.525)	(64.684)
Impacto na Demonstração dos Resultados	(198.205)	(111.734)	(86.471)

Contingências Judiciais e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"): a atual Administração da CEMAT vem aperfeiçoando suas estimativas de avaliação, das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias (contingências judiciais), além da mensuração das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD. O CPC 25 orienta que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são determinadas pelo julgamento da administração, complementados pela experiência de transações semelhantes. Assim, após se inteirar das premissas e estimativas usadas para julgamento, a administração entendeu que as provisões ora constituídas, refletem a melhor informação contábil da Companhia.

Despesas Não Operacionais Não Recorrentes

Ainda em 2013, a Companhia registrou R\$ 160,1 milhões em despesas, que a Administração entende como sendo despesas não operacionais e não recorrentes (vide quadro abaixo):

Despesas Não Operacionais (Não Recorrentes) R\$ mil	2.013	2.012
Provisão Banco Daycoval	(102.985)	-
Implantação do manual de controle patrimonial	(36.230)	-
Multas pela incorporação de redes	(20.875)	-
Impacto na Demonstração dos Resultados	(160.090)	-

Provisão do Banco Daycoval: essa provisão refere-se à retirada, pelo Banco Daycoval, em fevereiro de 2012, de valor aplicado em conta da Companhia, para quitação de dívida vencida na Rede Energia, evento esse amplamente divulgado pela CEMAT. Dessa forma, uma vez que a restituição desse montante passou a depender exclusivamente de demanda judicial movida pela Companhia, cuja realização depende de eventos futuros e incertos, a Administração decidiu provisioná-lo enquanto aguarda o andamento do processo jurídico.

Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"): no exercício de 2013, a Companhia concluiu a implantação do MCPSE, aprovado pela ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Com a implantação desse Manual, apurou-se uma diferença de 1,5% a menor no levantamento físico dos ativos, em relação aos registros contábeis, o que levou a uma baixa contábil, como despesa, no resultado da companhia.

A Administração entende ainda que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, foram significativamente afetados pelos seguintes fatores:

a) alterações nos custos da Companhia, em especial o preço de energia. Em 2012, a energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizaram R\$1.221,4 milhões, o que representa um acréscimo de 33,3% em relação aos R\$916,0 milhões de 2011. Conforme já comentado no Item 10.1 deste Formulário, as principais razões dessa variação foram: (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

b) aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento do mercado no fornecimento de energia elétrica. O mercado de energia elétrica de Mato Grosso tem registrado significativo crescimento nos últimos anos (vide Item 10.1 deste Formulário).

c) comportamento do mercado consumidor, que é influenciado pelo aumento da renda, elevação ou redução na temperatura e instalações de novas indústrias na área de concessão da Companhia (ou migração de indústrias para outras regiões do país).

d) alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão tarifária periódica (a cada 5 anos, no caso da CEMAT) e reajustes tarifários anuais, ambos homologados pela ANEEL;

e) perdas técnicas e não técnicas. Essas perdas tem decorrido de: (i) interligação do sistema isolado (localidades que eram atendidas por pequenas centrais hidroelétricas) ao sistema interligado nacional; (ii) furto de energia; (iii) avanço do Programa Luz Para Todos - são grandes extensões de linhas de transmissão e distribuição para conectar pequenos grupos de consumidores, em geral, rurais e de baixa renda; (iv) perda natural devido às grandes extensões de rede; e (v) não pagamento de contas de energia.

f) aumento dos índices DEC, FEC e TMA, devido ao excesso de ordens de serviço durante os períodos chuvosos, aliado ao avanço do Programa Luz Para Todos, que tem levado o atendimento para regiões cada vez mais distantes e de difícil acesso, além de condições meteorológicas adversas;

g) migração de clientes industriais e comerciais para o mercado livre;

h) crise no setor frigorífico e abate de animais; e

i) resultados das disputas judiciais e contingências.

As análises das variações dos resultados financeiros nos últimos três exercícios que, diretamente foram afetados pelos fatores ora descritos, estão no Item 10.1 deste Formulário.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Antes de comentar sobre as variações nas receitas nos últimos três exercícios, é importante ressaltar que a receita de venda de energia ao consumidor final, principal componente da receita bruta da companhia e responsável por 90% da sua receita

operacional (excluindo-se o custo de construção). Essa receita é impactado anualmente por três fatores:

(i) crescimento do mercado, o que significa aumento do número de ligações (novos consumidores);

(ii) aumento no consumo médio (impactado diretamente pelo aumento da renda do consumidor); e

(iii) reajustes tarifários anuais ou revisões tarifárias periódicas (realizadas a cada 5 anos). Esses reajustes são concedidos pelo Órgão Regulador, ANEEL. No caso dos reajustes tarifários anuais, há apenas repasses da inflação, apurada no período, para as tarifas de vendas. No caso das revisões tarifárias periódicas, que ocorre a cada 5 anos, o processo de repasse para a tarifa é mais complexo e objetiva analisar o equilíbrio financeiro-econômico da concessionária. O processo ocorre por meio da revisão da receita, de tal forma que essa receita seja suficiente para a cobertura dos custos operacionais eficientes, dos investimentos necessários ao atendimento da demanda da área de concessão, e ainda que proporcione uma remuneração ao acionista.

Abaixo, quadro contendo os componentes da receita operacional da CEMAT nos últimos três exercícios:

Classes de Consumo	R\$ mil		
	2.011	2.012	2.013
Venda ao consumidor final	2.522.173	2.819.158	2.657.066
Receita de uso da rede	152.422	187.350	138.149
Suprimentos (CCEE)	24.335	43.672	72.225
Outras receitas	64.380	69.973	94.659
Sub-total	2.763.310	3.120.153	2.962.099
Receita de construção	285.780	383.973	322.947
Total Receita Bruta	3.049.090	3.504.126	3.285.046

(i) Venda ao consumidor final, representa as vendas aos consumidores residencial, industrial, comercial, rural, e setor público;

(ii) Receita de uso da rede, representa a receita oriunda de consumidores livres que estão instalados na área de concessão da CEMAT e, portanto, pagam pelo uso da rede;

(iii) Suprimentos (CCEE), representam as vendas efetuadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;

(iv) Outras receitas, representam os outros serviços prestados pela empresa como, instalações e manutenções.

As razões das variações da receita operacional nos últimos três exercícios foram as seguintes:

Entre 2013 e 2012, a receita operacional bruta apresentou uma redução de 6,3%, passando de R\$ 3.504,1 milhões para R\$ 3.285,0 milhões, influenciada principalmente pela redução de 19,67% nas tarifas de energia a partir de 24 de janeiro de 2013. Nesse aspecto, vale ressaltar que as vendas em GWh aos consumidores finais aumentaram

9,5%, enquanto a receita oriunda desses mesmos consumidores reduziu 7,0%, representando uma redução de 15,1% na tarifa média.

Entre 2012 e 2011, a receita operacional bruta apresentou um aumento de 14,9%, passando de R\$ 3.049,1 milhões para R\$ 3.504,1 milhões, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 7,0% nas vendas em MWh; (ii) aumento de 4,4% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$, ao consumidor final, dividida pelas vendas em MWh); (iii) aumento de 22,9% na receita oriunda do uso da rede, que passou de R\$ 152,4 milhões em 2011 para R\$ 187,4 milhões em 2012; e (iv) aumento de 79,5% nas vendas realizadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que passou de R\$ 24,3 milhões em 2011 para R\$ 43,7 milhões em 2012

Entre 2011 e 2010, a receita operacional bruta apresentou um aumento de 7,3%, passando de R\$2.842,4 milhões para R\$3.049,1 milhões, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 2,1% nas vendas em MWh (crescimento vegetativo do número de consumidores); e (ii) aumento de 10,3% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh), principalmente devido ao reajuste tarifário anual ocorrido em abril de 2011. Desconsiderando-se, portanto a "receita de construção", que é apenas um efeito contábil como resultado da adoção da Companhia ao IFRS (normas contábeis internacionais), e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, a receita bruta registrou um expressivo aumento de 16,0%, passando de R\$2.381,4 milhões em 2010 para R\$2.763,3 milhões em 2011.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Impactos nos Custos Operacionais Devido ao Preço da Energia Comprada para Revenda

No caso da CEMAT, que é uma concessão de distribuição de energia elétrica, entende-se como principal insumo e produto, a energia elétrica comprada para revenda. A variação dessa energia comprada é influenciada basicamente por quatro fatores: (i) aumento nas vendas; (ii) inflação; (iii) variação do dólar, no caso da energia comprada de Itaipu (vide os Item 5.2 deste Formulário, sobre fatores de riscos); e (iv) volatilidade nos preços da energia de curto prazo em razão da falta ou sobre de energia.

O quadro a seguir apresenta a evolução da energia comprada, por modalidade, nos últimos três exercícios:

Fornecedores	R\$ mil		
	2.011	2.012	2.013
Energia de Itaipú	104.137	119.892	136.256
Energia de leilão / bilateral	709.040	804.761	857.917
Energia de curto-prazo	8.998	189.824	210.767
Proinfa	30.106	35.109	37.755
Cotas de Angra REN 530/12	-	-	31.283
Cotas garantia física REH 1410	-	-	26.182
Crédito de PIS/COFINS	(67.024)	(80.431)	(102.259)
Total Energia Comprada	785.257	1.069.155	1.197.901

Quanto às razões das variações, temos o seguinte:

De 2012 para 2013, o custo da energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 1.285,5 milhões em 2013, o que representa um acréscimo de 5,2% em relação aos R\$ 1.221,4 milhões de 2012, principalmente em razão do aumento da demanda de energia que foi de 9,5% (medido em GWh).

De 2011 para 2012, a energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$1.069.2 milhões, o que representa um acréscimo de 36,2% em relação aos R\$785,3 milhões de 2011. As principais razões dessa variação foram (já comentado no Item 10.1 deste Formulário): (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De 2010 para 2011, houve uma redução de 3,0% no valor total de compra de energia, passando de R\$ 809,4 milhões em 2010 para R\$ 785,3 milhões em 2011, principalmente em razão da redução de 14,1% no custo médio total, uma vez que, de fato, as compras em MWh aumentaram 12,9% (acompanhando a curva da demanda de venda de energia). Outro fator que também contribuiu para reduzir os custos com energia comprada foi a redução de R\$ 12,0 milhões na energia de curto prazo.

O custo médio da energia comprada de Itaipu, que é cotado em dólares americanos, foi de R\$ 93,87/MWh em 2010, R\$89,28/MWh em 2011, e R\$103,45/MWh em 2012.

Impactos nos Custos Financeiros Devido a Taxas de Juros e Variações Cambiais

Os resultados financeiros da CEMAT em 2011, 2012 e 2013 foram, respectivamente, **despesas** de R\$180,3 milhões, R\$188,2 milhões e R\$252,5 milhões conforme demonstrado na tabela a seguir:

	R\$ mil		
	2.011	2.012	2.013
Receita Financeira	2.011	2.012	2.013
Renda de aplicação financeira	10.130	4.317	9.320
Mútuo com partes relacionadas	12.391	9.154	10.063
Juros ativos	12.981	27.781	7.573
Variação monetária	62.096	45.794	30.267
Acréscimos moratórios	36.420	33.508	31.202
Ajuste a valor presente e valor de mercado	51.157	36.003	18.632
Juros atualização VNR	-	-	28.602
Outras receitas	9.773	2.868	4.991
Total da Receita Financeira	194.948	159.425	140.650
Despesa Financeira	2.011	2.012	2.013
Encargos de dívidas	(128.623)	(107.413)	(110.916)
Variação monetária	(84.553)	(72.052)	(95.724)
Juros e multas	(62.658)	(100.092)	(114.232)
Ajuste a valor presente e valor de mercado	(50.845)	(32.232)	(28.014)
Operações de swap	(12.962)	(9.384)	-
Encargos financeiros - parcelamento Lei 11.941/2009	(17.616)	(14.414)	(11.870)
Atualização projetos PEE e P&D	-	-	(10.079)
Juros pela incorporação de redes	-	-	(20.875)
Outras despesas	(17.966)	(12.072)	(1.400)
Total da Despesa Financeira	(375.223)	(347.659)	(393.110)
Resultado Financeiro	(180.275)	(188.234)	(252.460)

Destacamos aqui, os principais itens do resultado financeiro, impactados por juros, variações cambiais e monetárias, nos últimos três exercícios:

(i) variação monetária líquida de moeda nacional e estrangeira (receita menos despesa):

2011, uma despesa de R\$22,5 milhões;
 2012, uma despesa de R\$26,3 milhões;
 2013, uma despesa de R\$65,5 milhões

Os resultados acima foram influenciados principalmente pelo ao ganho ou perda do real frente ao dólar. De 2011 a 2013 a CEMAT tem registrado perda devido a desvalorização do real em relação dólar. Há quatro credores contratados em dólar, cujos saldos devedores estão gerando essas variações monetárias: (i) dívida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); (ii) dívida com o Tesouro Nacional; (iii) *leasing* de uma aeronave; (iv) energia comprada de Itaipu (essas dívidas estão comentadas no Item 10.1(f) e (i) deste Formulário

(ii) encargos de dívidas.

A CEMAT registrou R\$128,6 milhões, R\$107,4 milhões e R\$110,9 milhões em 2011, 2012 e 2013 respectivamente.

(iii) operações de swap.

As operações de *swap* geraram despesas de R\$13,0 milhões em 2011 e R\$9,4 milhões

em 2012. Neste ponto, cabe destacar que, em 31 de dezembro de 2013, a CEMAT não possui mais operações de swap.

(iv) juros e multas.

Em 2011, 2012 e 2013, respectivamente, as despesas financeira com juros e multas foram de R\$62,7 milhões, R\$100,0 milhões e R\$62,7 milhões. Nessa rubrica estão registradas as multas aplicadas pelo Órgão Regulador, devido ao descumprimento das metas estabelecidas para DEC, FEC, DIC e FIC, além de quaisquer outros tipos de juros e multas não vinculados a contratos financeiros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

- No exercício de 2013, adotou as modificações trazidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. Por se tratar de mudança de prática, que deve ser retrospectiva conforme IAS 8 / CPC 23, a Companhia reapresentou, para fins de comparação, o saldo patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de Janeiro de 2012.
- No exercício de 2012, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

- No exercício de 2011, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

O detalhamento desses efeitos está no Item 10.4(b), abaixo, deste Formulário.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

- *Bifurcação do ativo imobilizado*: consiste na segregação do saldo do ativo imobilizado em (i) ativo financeiro e (ii) ativo intangível. Essa segregação tem por objetivo a visualização do valor que será indenizado ao acionista, pelo regulador, ao final da concessão (a parte a ser indenizada é o montante registrado no ativo financeiro). Essa alteração não gera impacto no resultado da Companhia. Com a publicação da MP 579/2012 (Lei 12.783/2013) a ANEEL definiu o Valor Novo de Reposição (VNR) como base para a indenização dos ativos financeiros da concessão, a companhia corrigiu o saldo desse ativo com base no VNR.
- *Reversão de ativos e passivos regulatórios*: a partir da adoção ao IFRS, a Companhia passou a não reconhecer, no ativo ou no passivo, os impactos das variações dos custos a serem repassados para a tarifa. Antes da adoção ao IFRS, por exemplo, esses custos eram apurados mensalmente e contabilizados como ativos ou passivos regulatórios. Ao final do ciclo tarifário anual (abril de cada ano, no caso da CEMAT), esses custos eram repassados para a tarifa e, posteriormente, eram baixados do ativo ou passivo, à medida em que eram faturados, à proporção de um doze avos. Com a adoção do IFRS, esses custos passaram a não ser mais contabilizados (reconhecidos) como ativo ou passivo regulatório. Essa mudança de prática contábil não afeta o faturamento (e tampouco o caixa) da Companhia. Ela gera apenas um deslocamento no tempo, do reconhecimento contábil desses custos na receita operacional.
- *Constituição de ativos e passivos diferidos pelo reflexo dos ajustes do Regime Transitório de Tributação (RTT)*: a Secretaria da Receita Federal não considera os impactos da adoção do IFRS na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Por isso, são constituídas diferenças temporárias dos valores que afetaram o resultado, em função da nova norma.
- *CPC 33 (R1) – Benefícios Pós emprego*: As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2013 houve parecer com ressalva e ênfases

No "Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras", há um trecho intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras". Nesse trecho o Auditor Independente relata, em síntese, o contexto operacional da Companhia, onde, segundo o relatório dos auditores, indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia, de não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios que a negociação do endividamento com as instituições financeiras, que está em curso, o processo de intervenção determinado pela Agencia Reguladora (ANEEL) e por conseqüência o plano de recuperação apresentado pelos acionistas, são fatos que indicam incertezas quanto a capacidade de continuidade da companhia. Esse foi o motivo da ressalva no parecer dos Auditores.

A administração da Companhia, em 03 de fevereiro de 2014, aprovou as demonstrações financeiras, por entender que as ações para minimizar as incertezas ressalvadas já estão sendo tomadas. A Administração ainda afirmou que a conclusão do processo de transferência do controle acionário fará com que a Companhia encontre a solução para estabelecer um novo perfil da dívida, levando a empresa ao conforto financeiro desejável, com a perspectiva real de continuidade da concessão no contexto social em que atua.

Em 2012 houve parecer com ressalva e ênfases

No "Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras", há um trecho intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras". Nesse trecho o Auditor Independente relata, em síntese, que a negociação do endividamento com as instituições financeiras, que está em curso, o processo de intervenção determinado pela Agencia Reguladora (ANEEL) e por conseqüência o plano de recuperação apresentado pelos acionistas, são fatos que indicam incertezas quanto a capacidade de continuidade da companhia. Esse foi o motivo da ressalva no parecer dos Auditores.

A administração da Companhia, em 12 de março de 2013, aprovou as demonstrações financeiras, por entender que as ações para minimizar as incertezas ressalvadas já estão sendo tomadas e por discordarem das conseqüências e do peso dado aos argumentos que fundamentaram a decisão dos Auditores Independentes. A Administração ainda afirmou que as incertezas a que a Companhia está submetida não diferem substancialmente das incertezas e riscos próprios ao desenvolvimento de

qualquer atividade empresarial, e que a solução para negociar e estabelecer um novo perfil da dívida da Companhia é possível e viável, levando a empresa ao conforto financeiro desejável, ao contrário do que entende a BDO Brasil, com a perspectiva real de continuidade da concessão no contexto social em que atua.

Em 2011 houve abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras

No "Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras", no trecho intitulado "Base para Abstenção de Opinião", o auditor independente relata, em síntese, que a capacidade de continuidade da CEMAT e, portanto, a sua capacidade de realizar os ativos e liquidar os passivos no curso normal dos negócios era incerta, em virtude da dificuldade de captação e renovação de seus empréstimos para liquidação de suas obrigações de curtíssimo prazo, e ainda devido a Centrais Elétricas do Pará S.A., empresa coligada da CEMAT e também controlada pela Rede Energia S.A. estar em Recuperação Judicial desde fevereiro de 2012, gerando uma situação de incerteza significativa. Adicionalmente, o Auditor relata que a CEMAT, em 31 de dezembro de 2011, possuía R\$ 65,1 milhões a receber da CELPA, registrados no ativo não circulante, e que a realização desse saldo estava vinculada à satisfatória resolução da incerteza, relacionada ao processo de Recuperação Judicial da CELPA. Assim, devido a relevância dos assuntos discriminados, a Auditoria se absteve de opinião.

Na ocasião, a administração da Companhia, durante Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de março de 2012, aprovou as demonstrações financeiras, por discordarem das conseqüências e do peso dado aos argumentos que fundamentaram a decisão dos Auditores Independentes. A Administração ainda afirmou que as incertezas a que a Companhia estava submetida não diferem substancialmente das incertezas e riscos próprios ao desenvolvimento de qualquer atividade empresarial, e que a solução para o aprimoramento do perfil da dívida da Companhia era possível e viável, levando, ao contrário do que entendia a KPMG, a uma perspectiva real de continuidade das atividades sociais.

Ainda a esse respeito, os administradores e consultores externos estavam trabalhando intensamente na negociação e diálogo com os credores, para assegurar a continuidade desse cenário, e que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da CELPA, ainda que na prática gerasse dificuldades momentâneas, não seria suficiente para, por si só, levar ao questionamento com relação à capacidade de pagamento e continuidade CEMAT.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As práticas mais relevantes que envolvem estimativas sobre incertezas e julgamento que podem afetar a posição financeira bem como o desempenho da Companhia são:

- ✓ IFRIC 12 – Durante a adoção inicial, a Companhia optou por mensurar o ativo financeiro (direito de indenização) com base no valor contábil do “antigo” ativo imobilizado. O ativo financeiro representa os investimentos não depreciados (utilizando a taxa de depreciação regulatória). Por sua vez, o ativo intangível é a diferença entre o valor do “antigo imobilizado” e do ativo financeiro. O ativo financeiro somente se altera na ocorrência de baixas/adições e alterações nas taxas de depreciação regulatória. A realização do ativo intangível é baseada na depreciação regulatória dos ativos individualmente.
- ✓ PECLD – A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída conforme as regras definidas pela ANEEL. A constituição é definida pelos dias de atraso de cada crédito. Posteriormente, a Companhia faz uma análise dos créditos a serem provisionados usando como base o histórico e experiência da administração;
- ✓ Ajuste a Valor Presente – A Companhia utiliza como taxa de desconto dos ativos não circulantes o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) regulatório.
- ✓ A Companhia optou pela manutenção da reavaliação espontânea que foi feita em 2005. A Companhia realiza testes frequentes para avaliar a recuperabilidade;
- ✓ Nas obras de investimento executadas pela Companhia é considerada como tendo margem zero (receita de construção = custo de construção). A ausência de margem é suportada pelo entendimento de que o modelo tarifário não remunera margem de construção, em adição, as obras são realizadas com alto nível de terceirização
- ✓ A Companhia reconhece as receitas faturadas e as não faturadas dentro no mês do seu efetivo consumo, contabilizando com base no regime de competência.

No caso da receita não faturada é feita uma estimativa aplicando a média diária do período medido sobre o número de dias não medidos;

- ✓ Frente as dificuldades de gestão de caixa que a empresa vem atravessando, a Administração entende ser adequado realizar anualmente o estudo de recuperabilidade econômico (*impairment*) do ativo intangível da concessão. O estudo é elaborado por avaliadores externos. Até o presente, não foi necessária a realização de ajuste.
- ✓ A Companhia constitui provisão dos processos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios das obrigações presentes com probabilidade de perda provável conforme avaliação de especialistas jurídicos considerando a melhor estimativa disponível na data do fechamento das demonstrações.

A Companhia possui planos de aposentadoria e pensão, sendo estes contabilizados conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. As modificações trazidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A mudança mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A atual Administração (Intervenção) está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores

independentes, relativos aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Essas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Nos últimos três exercícios, as emissões realizadas pela CEMAT foram as seguintes:

(ii) Em março de 2011: 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$98,0 milhões. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1,0 milhão.

(iii) Em outubro de 2011: 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$100,0 milhões. A emissão é composta de 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$100 mil.

O detalhamento dessas operações está no Item 10.1(f) deste Formulário.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos por meio das emissões mencionadas acima foram destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos para expansão e melhorias do sistema elétrico da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não Aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e comentados em suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CEMAT:

R\$ mil	2.011	2.012	2.013
Programa Luz Para Todos / Universalização	68.666	149.117	38.402
Sub-rogação CCC	15.992	7.025	6.961
Expansão, manutenção e melhorias no sistema	107.095	174.833	332.845
Total	191.753	330.975	378.208

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: a principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

SUB-ROGAÇÃO CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. A Companhia possui contratos de financiamento com bancos privados, que são amortizados mensalmente com recursos recebidos via Eletrobras.

EXPANSÃO, MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são os investimentos líquidos de subsídios, com caixa próprio, e destinado para atendimento da expansão e crescimento vegetativo do mercado, bem como manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico.

Em 2013, a CEMAT deu início à execução de um vultoso programa de obras, com o objetivo de suprir as necessidades requeridas pelo crescente mercado consumidor do estado de Mato Grosso. O programa compreendeu a construção de novas subestações, linhas de distribuição e redes, além da ampliação da capacidade das subestações existentes e execução de diversas obras relacionadas à Copa do Mundo

de 2014. No total, foram investidos R\$ 378,2 milhões, o maior volume desde 2008, sendo que algumas dessas obras terão continuidade em 2014.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os demais programas, como a manutenção e melhoria do sistema, teve como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados e fonte própria. Devido a Recuperação Judicial da Controladora Rede Energia e da Intervenção na CEMAT, a Companhia não tem obtido novas fontes de financiamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos últimos três exercícios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Companhia investiu R\$15,9, R\$21,1 milhões e R\$19,2 milhões em 2011, 2012 e 2013, respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há projetos relevantes em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Embora o evento comentado a seguir não tenha afetado o curso regular dos negócios da Companhia, vale destacar que, em agosto de 2012, a ANEEL determinou, cautelarmente, a Intervenção Administrativa na CEMAT. A Intervenção tem como objetivo a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da Companhia, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais vinculadas ao Contrato de Concessão, sem afetar o curso regular dos negócios da CEMAT.

Na ocasião da Intervenção, os Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram imediatamente afastados de suas ocupações e o Sr. Jaconias de Aguiar foi designado como Interventor. Ao Sr. Jaconias foram conferidos plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e ativos da Concessionária, competindo a ele, dentre outras atribuições (i) praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da Intervenção; (ii) identificar e relatar à ANEEL, quaisquer irregularidades, eventualmente praticadas pelos administradores da Concessionária, decorrentes de atos ou omissões; e (iii) convocar, com exclusividade, a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente.

A ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 4.282, de 20 de agosto de 2013, determinou a prorrogação da Intervenção por até 2 (dois) anos, em face da indefinição na transferência de controle acionário das empresas da Rede Energia S.A.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.510, de 28 de janeiro de 2014, a ANEEL anuiu a transferência do controle acionário indireto da CEMAT (e das demais Concessionárias da Rede Energia) para a Energisa S.A.. A transferência do controle acionário deverá ser implementada até 15 de abril de 2014. Nos termos do Artigo 4º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.463, de 17 de dezembro de 2013, a efetiva transferência do controle acionário encerrará a Intervenção Administrativa da Companhia e das demais Concessionárias da Rede Energia e os Interventores nomeados terão prazo de 60 dias, após a transferência do controle acionário, para apresentar à ANEEL relatório de prestação de contas relativo ao período da Intervenção.

**(2) Proposta de Gastos com a Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal
(Item 13 do Formulário de Referência, CVM)**

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: Em razão do regime especial de Intervenção Administrativa decretada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012, a Companhia é administrada pelo Interventor e auxiliada por dois Diretores (Diretor Vice-Presidente de Operações e Diretor Financeiro e Administrativo), cuja remuneração foi fixada pela própria ANEEL, conforme a referida Resolução e o Despacho 2.877/2012, também da ANEEL. A nomeação do Conselho Fiscal foi objeto do Despacho 3.122/2012, também da ANEEL.

Dessa forma, para o exercício de 2014, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 3.025.319,00 para a remuneração dos administradores, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 2.736.695,00 para o Interventor e a Diretoria Executiva, sendo R\$ 1.541.533,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 7.496,00 referente a remuneração variável, R\$ 540.708,00 referente aos encargos sociais e R\$ 646.958,00 referente aos benefícios.

(ii) De até R\$ 277.900 para os conselheiros, sendo R\$ 192.000 correspondente à remuneração fixa, R\$ 38.400 referente aos encargos sociais e R\$ 58.224,00 referente aos benefícios.

- b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

ÓRGÃO	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Remuneração Fixa		50,95%	6,35%	57,30%
Remuneração Variável		0,25%		0,25%
Benefícios		21,38%	1,92%	23,31%
Encargos		17,87%	1,28%	19,14%
Pós Emprego				
Total por órgão		90,45%	9,55%	100,00%

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: A remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não aplicável, pois a remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8,00	6,08	5,00	19,08
c.i. Remuneração fixa anual	806.400,00	1.672.355,26	235.200,00	2.713.955,26
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.195.000,00	196.000,00	2.063.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	238.355,26	-	238.355,26
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	134.400,00	239.000,00	39.200,00	412.600,00
c.ii. Remuneração variável		637.000,00	38.400,00	675.400,00
Bônus		530.833,33	32.000,00	562.833,33
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	0,00	106.166,67	6.400,00	112.566,67
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	67.090,84	-	67.090,84

c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	806.400,00	2.376.446,10	273.600,00	-
e. Total da remuneração dos Órgãos				3.456.446,10

Remuneração reconhecida para o Exercício de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7,25	3,00	5,00	15,25
c.i. Remuneração fixa anual	499.912,00	2.140.283,79	253.293,38	2.893.489,17
Salário ou Pró-labore	406.000,00	1.475.003,09	229.400,00	2.094.403,09
Benefícios diretos e indiretos	12.712,00	224.644,97	4.590,90	273.451,48
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	81.200,00	440.635,73	19.302,48	541.138,21
c.ii. Remuneração variável	-	230.000,00	-	230.000,00
Bônus	-	230.000,00	-	230.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	499.912,00	2.370.283,79	253.293,38	-
e. Total da remuneração dos Órgãos				3.123.489,17

Observação: no quadro acima, referente a remuneração do exercício de 2012, estão incluídas as remunerações das duas administrações: a administração anterior à Intervenção, até 31/08/2012, e a administração da Intervenção, a partir de 01/09/2012.

Remuneração prevista no resultado do exercício de 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	4,00	7,00
c.i. Remuneração fixa anual		2.481.932	277.900	2.759.832
Salário ou Pró-labore		1.441.435	192.000,00	1.633.435

Benefícios diretos e indiretos		545.693	47.500	593.193
Remuneração por participação em comitês				
Outros		494.804	38.400	533.204
c.ii. Remuneração variável		5.153	0,00	5.153
Bônus				
Participação nos resultados		5.153	0,00	5.153
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
c.iii. Benefícios pós-emprego				
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
c.v. Remuneração baseada em ações				
d. Valor da remuneração por cada Órgão		2.487.085	277.900	
e. Total da remuneração dos Órgãos				2.764.985

Observação: o número de membros de cada órgão foi apurado conforme o especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 3/12.

Remuneração prevista no resultado do exercício de 2014 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	4,00	7,00
c.i. Remuneração fixa anual		2.729.199,00	288.624,00	3.017.823,00
Salário ou Pró-labore		1.541.533,00	192.000,00	1.733.533,00
Benefícios diretos e indiretos		646.958,00	58.224,00	705.182,00
Remuneração por participação em comitês				
Outros		540.708,00	38.400,00	579.108,00
c.ii. Remuneração variável		7.496,00	0,00	7.496,00
Bônus				
Participação nos resultados		7.496,00	0,00	7.496,00
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
c.iii. Benefícios pós-emprego				
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				

c.v. Remuneração baseada em ações				
d. Valor da remuneração por cada Órgão		2.736.695,00	288.624,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				3.025.319,00

Observação: o número de membros de cada órgão foi apurado conforme o especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 3/12.

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável – exercício social encerrado em 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		6,08	5,00	11,08
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	637.000,00	38.400,00	675.400,00
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observações:

(i) o número de membros de cada órgão (letra“b”) corresponde, conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº03/2012, ao número de diretores e conselheiros para quem foi atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício.

(ii) Para o exercício de 2011, não foram definidos valores mínimos previstos, valores máximos previstos e valores previstos caso as metas estabelecidas fossem atingidas, no plano de remuneração.

Remuneração variável - exercício social de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	0	3,00
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	230.000,00	0	230.000,00
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observações:

(i) o número de membros de cada órgão (letra“b”) corresponde, conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº03/2012, ao número de diretores e conselheiros para quem será atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício.

(ii) No exercício de 2012, não foram definidos valores mínimos previstos e valores máximos previstos, no plano de remuneração.

(iii) As tabelas acima, incluem os encargos previstos no item “13.2” Remuneração Variável (Outros).

Remuneração variável – exercício social encerrado em 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

b. Número de Membros		3,00	-	3,00
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.				
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.153,00	-	5.153,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observação:

(i) o número de membros da Diretoria Estatutária corresponde ao Interventor e os dois diretores nomeados por ele.

(ii) No exercício de 2013, não foram definidos valores mínimos previstos e valores máximos previstos, no plano de remuneração.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 2014 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	-	3,00
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.				
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	7.496,00	-	7.496,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observação:

(i) o número de membros da Diretoria Estatutária corresponde ao Interventor e os dois diretores nomeados por ele.

(ii) No exercício de 2014, não foram definidos valores mínimos previstos e valores máximos previstos, no plano de remuneração.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, pois a remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em 31/12/2013, último exercício social encerrado, o Interventor, os Diretores e os Conselheiros fiscais não possuíam ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas,

emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e também não há remuneração baseada em ações prevista para 2014.

Cabe ressaltar que a remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária no final do último exercício social.

Vale ressaltar que a remuneração do Interventor, os Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos últimos 3 exercícios sociais.

Vale ressaltar que a remuneração do Interventor, dos Diretores e do Conselho Fiscal foi fixada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 3.647/2012 e dos Despachos 2.877/2012 e 3.122/2012.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Os atuais diretores e conselheiros fiscais não possuem plano de previdência privada pela REDEPREV. A CEMAT realiza somente o recolhimento de Taxa de Administração e Contribuição mensal sobre suas remunerações.

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	-
c. Nome do Plano	-	-	-
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	-
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	-

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2011 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8,00	100.800,00	100.800,00	100.800,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
6,08	976.820,48	683.959,66	771.573,41

Observações:

- (i) O valor da menor remuneração anual foi apurado considerando a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses;
- (ii) O membro de maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do respectivo exercício;
- (iii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de membros que receberam no respectivo exercício, sendo em 2011 – 3,08.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5,00	54.720,00	54.720,00	54.720,00

Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):

Os quadros abaixo referem-se às remunerações ocorridas de janeiro ao final de agosto de 2012, ocasião em que ocorreu a Intervenção Administrativa e os Diretores e Conselheiros foram afastados de seus cargos. Portando, durante o exercício de 2012, nenhum Conselheiro ou Diretor Estatutário exerceu cargo por 12 meses.

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7,25	68.789,00	68.789,00	68.789,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	672.494,25	437.859,43	516.071,04

Observações:

- (i) Devido à Intervenção Administrativa ocorrida em 31 de agosto de 2012, nenhum membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal exerceu suas funções por 12 meses;
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de membros que receberam no respectivo exercício, sendo em 2012 – 3,08.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7,00	33.431,73	33,431,73	33.431,73

Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):

Os quadros abaixo referem-se às remunerações ocorridas de a partir de setembro de 2012, ou seja, após a Intervenção Administrativa da CEMAT. Portanto, durante o exercício de 2012, nenhum Conselheiro ou Diretor Estatutário exerceu cargo por 12 meses.

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	281.629,99	254.506,24	274.023,56

Observações:

(i) Nenhum membro exerceu o cargo por 12 meses, devido a Intervenção no final de agosto de 2012. Portanto consideramos a remuneração efetivamente reconhecida durante o exercício, não havendo, portanto, exclusão de membros para efeito de cálculo.

(ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de membros que receberam no respectivo exercício, sendo em 2012 – 3,00.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,00	18.526,59	18.526,59	18.526,59

Em relação ao Exercício de 2013 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	913.916,00	737.078,00	829.028,00

Observações:

- (i) O valor da menor remuneração anual foi apurado considerando 1 interventor da empresa.
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de 1 membro.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,00	72.235,00	65.280,00	69.475,00

Em relação ao Exercício de 2014 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	994.591,00	747.513,00	912.231,67

Observações:

- (i) O valor da menor remuneração anual foi apurado considerando 1 interventor da empresa.
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de 1 membro.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,00	72.156,00	72.156,00	72.156,00

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em destituição do cargo ou de aposentadoria no fechamento deste Formulário.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2011 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	75,00	43,14	40,00

Exercício de 2012 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	16,0	76,00	8,00

Exercício de 2013 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	0,00	89,95	10,05

Exercício de 2014 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	0,00	90,45	9,55

A partir da Intervenção Administrativa em 31 de agosto de 2012, os membros do Conselho de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria (composta do Interventor e dos dois diretores por ele nomeados), não são partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido no CPC 05.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

No fechamento deste Formulário, não se conhece pagamentos reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, diretoria ou conselho fiscal, como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria, nos últimos 3 exercícios sociais.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A CEMAT não está divulgando as remunerações dos administradores de sua controladora Rede Energia, bem como as remunerações de suas coligadas.

i. A Celpa não pertence mais a Rede Energia. Em 1º de novembro de 2012, a Equatorial Energia S.A adquiriu o total de ações ordinárias e preferenciais dessa concessionária;

ii. A partir de 31 de agosto de 2012, as concessionárias de distribuição controladas pelas Rede Energia passaram a estar sob Intervenção Administrativa pelo Órgão Regulador. A partir de então, cada uma das concessionárias passou a ser administrada de forma totalmente independente, por Interventores distintos; e

iii. A Rede Energia ajuizou recuperação judicial em 23 de novembro de 2012.

As informações sobre as remunerações dos administradores da CEMAT estão detalhadamente expostas no Item 13.2 deste Formulário.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração dos administradores em 2013, no valor total de R\$ 2.764.985, está assim segregada:

Janeiro a dezembro/2013 (Intervenção Administrativa):

Diretoria Executiva: R\$ 1.441.435 correspondentes à remuneração fixa, R\$ 5.153 referentes a remuneração variável, R\$ 494.804 referentes aos encargos sociais e R\$ 545.693 referentes aos benefícios.

Conselho Fiscal: R\$ 192.000 correspondentes à remuneração fixa, R\$ 38.400 referentes aos encargos sociais e R\$ 47.500 referentes aos benefícios.

Não há Conselho de Administração.